



ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA NÚMERO 336039.541338.09, PARA A CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE COMPLEXO PENAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS E O CONSÓRCIO GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS - GPA



ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA (CEC)

1. Aspectos Gerais

O objetivo deste CADERNO DE ENCARGOS é descrever e definir todos os serviços que são de responsabilidade da CONTRATADA, bem como determinar a estrutura básica de funcionamento do Complexo Penal. Juntamente com o anexo SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE e o anexo MECANISMO DE PAGAMENTO, este CEC determina exaustivamente as obrigações da CONTRATADA e os principais mecanismos de interação entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

A CONTRATADA é obrigada a realizar TODAS as atividades descritas abaixo, exceto quando expressamente excepcionadas e, nos casos omissos, deverá seguir orientação do Diretor Público do Complexo Penal, cujas atribuições estão descritas abaixo. Ainda, no caso de questões omissas o Conselho Consultivo, cujas atribuições estão descritas abaixo, dispõe de poder regulamentar, nos estritos limites das disposições contratuais.

2. Implantação da infra-estrutura

Sem prejuízo de demais serviços necessários à adequada implantação do COMPLEXO PENAL, a CONTRATADA deverá realizar todos os serviços referentes às obras que compõem o objeto do CONTRATO, que se constituem basicamente de:

- Serviços preliminares/administração da obra;
- Adequação do terreno/terraplanagem
- Fundação;
- Estrutura;
- Alvenaria;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- Cobertura;
- Piso;
- Revestimento;
- Esquadrias;
- Pintura;
- Instalações (de segurança, hidráulica, de esgoto, elétrica, lógica, etc.);
- Desmonte do canteiro de obras e limpeza das instalações;
- Serviços complementares.

A CONTRATADA deverá executar os serviços acima mencionados de modo a garantir a execução das obras de construção civil de todos os equipamentos previstos em sua **METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**, apresentada na fase de habilitação das propostas, em fiel cumprimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis. Os equipamentos que devem ser construídos são, pelo menos:

- UNIDADES PENAIS** contendo cada um dos blocos descritos nos **CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**;
- Prédios comuns de serviço, quando for o caso;
- Estação de tratamento de esgoto;
- Vias de acesso internas do complexo, a partir do ponto no qual o acesso de que trata o item 17.2 da **MINUTA DE CONTRATO** termina. O referido ponto é indicado no anexo ao **EDITAL PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO** e as especificações das características da via constam do anexo **CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO**.
- Outros equipamentos e obras previstos na **METODOLOGIA DE EXECUÇÃO** apresentada pela CONTRATADA durante a licitação.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos da implantação da infraestrutura, nos termos do **CONTRATO**, **EDITAL** e seus anexos.





2.1. Diretrizes construtivas

A construção de todos os prédios e obras do COMPLEXO PENAL deve obedecer às disposições legais e regulamentares bem como as normas técnicas vigentes, conforme for o caso, e, em especial:

- a) Todos os materiais, salvo o disposto em contrário, serão fornecidos pela CONTRATADA.
- b) Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário, será fornecida pela CONTRATADA.
- c) Serão impugnados pela CONTRATANTE todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais, especialmente os que violem a CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA apresentada pela CONTRATADA na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- d) Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela CONTRATANTE, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências;
- e) A CONTRATADA manterá na obra engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidades suficientes para a execução dos trabalhos;
- f) A obra terá todas as instalações provisórias necessárias ao seu bom funcionamento, tais como: tapumes, barracões, escritórios, sanitários, redes de energia elétrica e de água etc.;
- g) Será mantido pela CONTRATADA perfeito e ininterrupto serviço de monitoramento nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligência durante a execução das obras;
- h) A CONTRATADA deverá realizar sondagens, estudos e ensaios de caracterização do subsolo, de forma a dimensionar adequadamente as escavações, fundações e outros aspectos construtivos decorrentes;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- i) Os ensaios e pesquisas para caracterização do subsolo serão norteados pelas normas oficiais e técnicas vigentes;
- j) Apesar de caracterizado pelos ensaios realizados pela CONTRATADA, poderá ocorrer que durante a execução dos serviços a natureza ou comportamento do terreno imponha modificações no tipo de fundação adotado. Nesta hipótese, deverá a CONTRATADA adotar a solução mais conveniente, tomando as providências concernentes às modificações do respectivo projeto, arcando com os respectivos custos. As escavações necessárias à construção de fundações e as que se destinam a obras permanentes deverão ser executadas de modo a não ocasionar danos à vida, à propriedade ou a ambos;
- k) As cavas para fundações serão executadas de acordo com as indicações constantes do projeto de fundações e demais projetos da obra;
- l) A execução dos trabalhos de escavação obedecerá, além do transcrito no presente capítulo, a todas as prescrições da NBR-6122 (NB-51), concernentes ao assunto;
- m) As escavações para execução de blocos e cintas (*baldrames*) circundantes serão levadas a efeito com a utilização de escoramento e esgotamento d'água, se for o caso, de forma a permitir a execução, a céu aberto, daqueles elementos estruturais e respectivas impermeabilizações;
- n) Todas as escavações deverão ser protegidas, quando for o caso, contra a ação da água superficial ou profunda, mediante drenagem, esgotamento ou rebaixamento do lençol freático, a fim de assegurar uma boa execução dos trabalhos;
- o) O preenchimento de escavações em excesso deverá ser feito em concreto de regularização, sendo este ônus de responsabilidade da CONTRATADA;
- p) Os taludes serão executados em conformidade com as características reais do solo em cada ponto da obra, obtidas, quando for o caso, através de ensaios adequados;
- q) Os taludes das escavações deverão ser convenientemente protegidos, durante toda a sua execução, contra os efeitos de erosão interna e superficial;
- r) Caso seja constatada a existência no terreno de antigos aterros, deverão ser realizadas pesquisas geotécnicas para perfeita determinação das características de suporte desse solo,





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

cabendo também à CONTRATADA todas as providências necessárias à correção das deficiências;

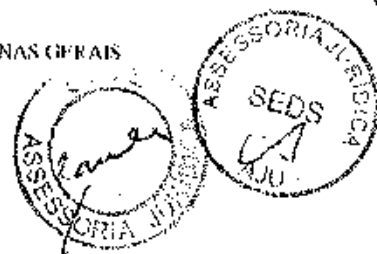
- s) Os trabalhos de aterro e reaterro de cavas de fundações, reservatórios d'água, camada impermeabilizadora, passeios etc. serão executados com materiais adequados aos tipos de serviços a serem executados. Esses materiais deverão ser classificados através de investigações geotécnicas e ensaios de laboratório, que serão orientados no sentido do aproveitamento desses solos nas condições favoráveis, técnica e economicamente;
- t) A limpeza do terreno para a construção compreenderá os serviços de capina, limpeza, roçado, desmatamento, destocamento, retirada da camada vegetal, remoção e queima, de forma a deixar a área livre de raízes, focos, pedras etc.;
- u) As áreas a serem desmatadas e limpas serão delimitadas pela CONTRATADA de acordo com os desenhos da CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA apresentada, obedecendo às limitações constantes do anexo PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO;
- v) Os danos e prejuízos às propriedades alheias produzidos por operações inadequadas na execução da limpeza, ou mesmo erro na deposição dos materiais destinados ao bota-fora, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- w) A execução das fundações deverá satisfazer às normas da ABNT atinentes ao assunto, especialmente às NBR-6122 (NB-51) e, e aos Códigos e Posturas dos Órgãos Oficiais que jurisdicionem a localidade onde será executada a obra;
- x) As estruturas de concreto, inclusive fundações, deverão obedecer ao disposto na NBR-6118 (NB-1);
- y) Será admitida a adoção de qualquer tipo de sistema construtivo para os estabelecimentos penais, desde que sejam atendidas todas as diretrizes aqui contidas e que se garantam a solidez e segurança da edificação. Assim sendo, dependendo do setor em que estiver situado o módulo e de sua necessidade de segurança, poderá a edificação ser executada em: alvenaria de tijolos, alvenaria de blocos de concreto, alvenaria de concreto armado, concreto armado moldado in loco, concreto armado pré-moldado, concreto armado pré-fabricado, em aço modular etc.;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- z) O projeto de telhamento e madeiramento para cobertura obedecerá à NBR-6120 (NB-5) e NBR-6123 (NB-599), no que for aplicável ao caso;
- aa) Nas coberturas, onde forem utilizadas telhas de fibrocimento, autoportantes de alumínio, de aço ou de madeira ondulada, deverão obedecer **RIGOROSAMENTE**, em seus mínimos detalhes, a orientação dos fabricantes;
- bb) A vedação deverá ser efetuada com calafetador que mantenha flexibilidade permanente e apresente aderência e resistência à água e à ação do tempo, ou outro meio que garanta vedação adequada;
- cc) Sob os rufos, ao longo das telhas, haverá sempre o cuidado de se deixar, junto ao paramento vertical, um topo de onda da telha e não uma cava;
- dd) Os serviços de impermeabilização em geral obedecerão às normas da ABNT, especialmente a NB-279, quando cabível;
- ee) O tipo adequado de impermeabilização, bem como o tratamento das fundações, será determinado segundo a solicitação imposta pela água. Essa solicitação poderá ocorrer de três maneiras distintas devendo a CONTRATADA adotar procedimentos especiais de impermeabilização para cada caso: (I) impermeabilização contra água sob pressão; (II) Impermeabilização contra água de percolação; e (III) Impermeabilização contra a umidade do solo;
- ff) As pavimentações e pisos devem ser definidas com base no tipo de uso de cada recinto e devem ser apropriadas às condições de segurança de cada bloco/recinto;
- gg) As esquadrias de madeira ou metálicas devem ser elaboradas com a melhor técnica, de modo a garantir perfeitas condições de uso, devendo, ainda, obedecer, quando cabível, a NBR-7199(NB-226), respeitadas as condições especiais de segurança para esquadrias de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;
- hh) Para o assentamento de ferragens em geral serão empregados parafusos de boa qualidade, acabamento e dimensões adequadas às das peças que fixarem, devendo aqueles satisfazerem a NB-45, sempre que cabível, obedecidas as condições especiais de segurança de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;





- ii) Os serviços de vidraçaria serão executados de acordo com a NBR-7199 (NB-226), sempre que cabível, obedecidas as condições especiais de segurança de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;
- jj) Revestimentos com materiais abrasivos devem ser evitados;
- kk) Os pisos e outros materiais deverão ser laváveis e resistentes, permitindo uma prática e eficiente manutenção e conservação;
- ll) No final da obra, a CONTRATADA deverá remover todas as instalações do acampamento e canteiro de serviço, equipamentos, construções provisórias, detritos e restos de materiais, de modo a entregar as áreas utilizadas totalmente limpas.

3. Gestão do Complexo Penal

A CONTRATADA deverá executar as atividades relacionadas à operação e gestão do COMPLEXO PENAL, em parceria com a CONTRATANTE, nos termos expostos abaixo, bem como nos demais documentos anexos ao EDITAL, em especial no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.1. Serviços e atividades assistenciais

A CONTRATADA deverá prestar serviços assistenciais aos sentenciados, consoante as diretrizes e/ou padrões mínimos a seguir estabelecidos.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos dos serviços e atividades assistenciais, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das suas atribuições.

Os serviços deverão ser prestados de forma a propiciar amplo e total atendimento aos sentenciados de cada UNIDADE PENAL e, ressalvado o disposto em contrário, não poderão ser





interrompidos por ausência ou impedimento dos profissionais contratados e mantidos pela CONTRATADA, incluindo, mas sem se limitar a gozo de férias, enfermidades, afastamentos de qualquer ordem ou por qualquer motivo.

A CONTRATADA deverá estabelecer, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, locais e recintos destinados às atividades concernentes aos serviços assistenciais, consistindo sua obrigação mantê-los em condições adequadas à perfeita realização destes.

A CONTRATADA deverá desenvolver as atividades assistenciais de forma a buscar, tanto quanto possível, a ressocialização do sentenciado. Neste sentido deve buscar aplicar as melhores técnicas existentes à época cuja implementação de tais técnicas deverá também ser incorporada nos planos e relatórios onde conceitos e notas serão considerados no cálculo do parâmetro anual de desempenho, consoante descrito no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.1.1. Assistência jurídica

A CONTRATADA deverá prestar assistência jurídica aos sentenciados tendo como escopo o suporte aos advogados e defensores públicos que representam os sentenciados cujo cumprimento de pena ocorre em uma das UNIDADES PENALIS sob administração da CONTRATADA. Exclusivamente na hipótese de ser observada, por qualquer motivo, a ausência de defensores públicos ou de advogados constituídos, a assistência jurídica deverá também promover a representação dos interesses legítimos dos sentenciados em âmbito judicial e administrativo.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência jurídica, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A CONTRATADA deverá, independentemente da existência de advogado ou defensor, garantir que:

- o número médio mínimo de advogados em exercício no bimestre para cada 100 (cem) sentenciados será igual a 0,25 (zero vírgula vinte e cinco);
- para cada UNIDADE PENAL, o tempo médio mínimo de serviços de assistência jurídica efetivamente executado deverá ser de 0,5 h (meia hora) por bimestre por sentenciado;
- para cada UNIDADE PENAL, deverão ser prestados um número médio mínimo de 0,67 (zero vírgula sessenta e sete) atendimentos jurídicos efetivamente prestados por bimestre por sentenciado;
- nenhum sentenciado que cumpra pena em alguma de suas Unidades Penais passe mais que 75 (setenta e cinco) dias sem um atendimento jurídico pela equipe da CONTRATADA. Este atendimento deve representar uma reunião entre o sentenciado (individualmente ou acompanhado de advogado constituído ou defensor público) e membro da equipe jurídica da contratada, em ambiente propício para a realização de um aconselhamento jurídico.

Observado o disposto acima, a assistência jurídica deverá:

- promover a defesa dos legítimos interesses do sentenciado, inclusive representando-o em juízo na hipótese de ausência de defensor público ou advogado constituído, de modo a verificar a legalidade do recolhimento e, conforme o caso, impetrar "habeas corpus", requerer e acompanhar pedidos de indulto, de comutação de pena e de graça;
- acompanhar requerimentos e pedidos de livramento condicional e progressão de regime, unificação de pena, revisão criminal e interposição de recursos, e atuar perante o juiz da





execução penal de forma reiterada, em periodicidade mínima mensal, até que se verifique decisão judicial referentemente ao requerido em favor do sentenciado;

1. Na hipótese de inexistência de advogado constituído ou de defensor público, a atividade de assistência jurídica deverá incluir a representação do sentenciado em juízo para a realização dos pedidos acima mencionados.

- promover diligências relativas ao cálculo e execução da pena, às providências para expedição de alvarás e ao acompanhamento de outras medidas de escopo judicial ou administrativo;
- promover a defesa dos sentenciados perante o Conselho Disciplinar ("CONDISC");
- promover levantamentos processuais para instrução da Comissão Técnica de Classificação ("CTC");
- manter o sentenciado informado da respectiva situação jurídica, em especial com relação ao cálculo e execução da pena;
- garantir agendamento e o efetivo atendimento jurídico ao sentenciado, em número suficiente e adequado, devendo ocorrer, no mínimo, 0,67 (zero vírgula sessenta e sete) atendimentos jurídicos efetivamente prestados por bimestre por sentenciado.

3.1.2. Assistência Educacional, Profissionalizante, Cultural e Recreativa

A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa a todos os sentenciados que os aceitarem e/ou voluntariamente os solicitarem.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

As atividades referentes à assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa deverão abranger, de forma equitativa, no mínimo:

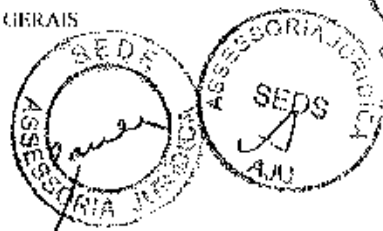
- 1) educação básica: ensino médio e fundamental;
- 2) educação profissional;
- 3) atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais.

A assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa deverá ser ofertada em horários compatíveis com as demais atividades exigidas e/ou propostas ao sentenciado, incluindo, mas sem se limitar às visitas e às atividades laborais, bem como deverá representar possibilidade de efetiva ocupação do tempo livre do sentenciado.

Deverá se basear em metodologias inovadoras, dinâmicas, participativas, consoante a realidade e o perfil dos sentenciados.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa, referentemente ao seu adequado provimento, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições, especialmente aos enumerados a seguir:

1. fornecimento de textos de caráter didático, jornalístico, científico e correlatos;
2. material didático e experimental;
3. insumos e utilidades escolares;
4. ferramental para os cursos que assim o demandarem;
5. serviços de apoio;
6. profissionais especializados e de apoio.





Faculta-se à CONTRATADA, mediante convênio, em que a CONTRATANTE figurará como interveniente-anuente, desenvolver as atividades conjuntamente a órgãos e entidades públicos e/ou privados especializados.

Observadas as disposições legais, regulamentares e de segurança, a CONTRATADA poderá proporcionar, em caráter complementar, alternativas não tradicionais de estudo, como educação não presencial (à distância).

A CONTRATADA deverá manter uma biblioteca em cada UNIDADE PENAL, de modo a satisfazer as demandas acadêmicas dos cursos realizados e apoiar as demais atividades culturais e artísticas. No mínimo, as bibliotecas deverão conter exemplares de livros e/ou periódicos em condições de uso em razão não inferior a 30% (vinte por cento) da população de sentenciados da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá também garantir a incorporação mensal de novos exemplares nas bibliotecas em número não inferior à razão de 1% (dois por cento) da população de sentenciados do COMPLEXO PENAL.

Deverá ser contemplado, ao menos 01 (uma) vez por semana, observadas as condições e orientações de segurança de cada UNIDADE PENAL e do Diretor Público, o serviço de "biblioteca móvel" a cada módulo de sentenciados, como expediente de incentivo à ocupação do tempo livre por parte do sentenciado.

A CONTRATADA deverá manter atualizada a avaliação do nível de escolarização do sentenciado e emitir atestado de frequência escolar.

3.1.2.1. Educação Básica: Ensino Médio e Fundamental





A seleção, contratação e remuneração de professores e demais profissionais de educação é de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá prestar educação básica aos sentenciados, consoante as normas e orientações legais, regulamentares e de segurança, zelando pela qualidade do ensino e garantindo a condução dos procedimentos necessários para a efetiva formalização, registro e aprovação por parte dos órgãos públicos competentes.

As atividades deverão ser realizadas de forma perene e planejada, obedecendo ao calendário elaborado no ano anterior, constante no respectivo Plano de Assistência Educacional, e que contemple, no mínimo, a carga horária e o conteúdo programático exigidos pela legislação e regulamentação aplicáveis.

Para a prestação das atividades de ensino fundamental e médio a CONTRATADA poderá manter convênios e/ou contratos com instituições públicas e privadas, desde que figure como interveniente-anuente a CONTRATANTE.

3.1.2.2. Educação Profissional

A CONTRATADA deverá prestar aos sentenciados ensino profissional e de capacitação para o trabalho.

A CONTRATADA deverá prestar a educação profissional aos sentenciados, consoante as normas e orientações legais e regulamentares, zelando pela qualidade do ensino e garantindo a condução dos procedimentos necessários para a efetiva formalização, registro e aprovação por parte dos órgãos públicos competentes.





O ensino deverá contemplar especialidades que permitam estreita correspondência com as necessidades, perfil educacional dos sentenciados e requisitos do mercado de trabalho.

É de responsabilidade da CONTRATADA o estabelecimento e a manutenção dos locais de trabalho em condições, número e capacidade adequados à prestação de ensino profissional de qualidade aos sentenciados e à condução dos procedimentos necessários à respectiva e devida formalização e reconhecimento, em observância às orientações das normas aplicáveis.

3.1.2.3. Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

A CONTRATADA deverá conceber, executar e monitorar atividades sócio-culturais, artísticas, desportivas e recreativas, no propósito de permitir a efetiva e adequada ocupação do tempo livre do sentenciado. Tais atividades devem objetivar o desenvolvimento de habilidades de interação social, auto-controle, redução do stress, cooperação e outras correlatas.

As atividades esportivas, recreativas, artísticas e culturais visam ao exercício e ao desenvolvimento de habilidades e competências do sentenciado, especialmente no que se refere à capacidade de reconhecer limitações e de manter o autocontrole de impulsos, e à condição de assumir conseqüências a seus atos próprios, a suas habilidades para estabelecer relações e resolver conflitos, a sua iniciativa, a sua capacidade para o trabalho e para tomar decisões.

3.1.3. Assistência ao Trabalho

A CONTRATADA, observado o disposto em legislação de execução penal e correlata, e sob a fiscalização da CONTRATANTE, será responsável pelo:

- incentivo ao trabalho remunerado dos internos;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- seleção dos sentenciados para o trabalho, observadas as orientações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e da CTC;
- alocação e/ou retirada dos sentenciados aos/dos postos de trabalho, observadas as orientações da DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e da CTC;
- manutenção de registro do histórico e da remuneração do trabalho do sentenciado;
- elaboração e/ou revisão do relatório de frequência dos sentenciados para efeito de remuneração;
- garantia da emissão de atestado de trabalho aos sentenciados, para efeito de remição de pena, com base na frequência apurada;
- supervisão dos sentenciados em regime semi-aberto durante a realização de trabalho externo.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência ao trabalho, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.

A CONTRATADA atuará como gestor de todo contrato de trabalho com os sentenciados, bem como figurará em cada um destes contratos como um interveniente-anuente.

3.1.3.1. Configurações do contrato de trabalho dos sentenciados





São possíveis 02 (duas) configurações para o trabalho dos sentenciados, sendo que em ambas a tomadora do trabalho não poderá ser a CONTRATADA, direta ou indiretamente, consoante os termos a seguir:

- **Configuração A:** trabalho preferencialmente de natureza industrial, rural ou agrícola e de serviços, cujo tomador seja uma pessoa jurídica terceira, e que guarde, com a CONTRATADA, independência administrativa, financeira, comercial e societária (TOMADOR). O TOMADOR poderá ser órgão ou ente da esfera pública;
- **Configuração B:** trabalho referente a serviços gerais e de manutenção da UNIDADE PENAL.

Em ambos os casos, sob a fiscalização da CONTRATANTE e do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL a CONTRATADA será responsável pela prospecção e administração dos postos de trabalho, bem como pela manutenção da ordem e da disciplina, pela higiene e pela segurança laboral e disciplinar.

O prazo da CONTRATANTE para a análise das propostas de trabalho de sentenciados apresentadas a ela pela CONTRATADA é de 1 (um) mês.

3.1.3.1.1. Contrato de trabalho: configuração A

Tratam-se dos postos de trabalho de natureza preferencialmente industrial, rural, agrícola e de serviços.

A alocação de sentenciado bem como a disponibilização de equipamentos, espaço, adaptações necessárias e demais aspectos correlatos ao contrato e à execução do trabalho do sentenciado,





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

referidos postos será formalizada por meio de instrumento jurídico hábil entre a CONTRATANTE e o TOMADOR, sendo necessária prévia anuência da CONTRATADA.

Os custos e despesas decorrentes relacionados ao contrato de trabalho não correrão por parte de CONTRATANTE.

Compete à CONTRATADA a fiscalização da atuação do TOMADOR.

A CONTRATADA deverá garantir a realização, em benefício do sentenciado, e sob a fiscalização da CONTRATANTE, de seguro contra acidentes de trabalho.

A CONTRATADA será responsável por:

- garantir a segurança no trabalho e o correto e satisfatório uso dos equipamentos de proteção individual ("EPI");
- fiscalizar, exigir e garantir que o recolhimento da remuneração e do pecúlio referente ao trabalho do sentenciado seja devidamente efetuado pelo TOMADOR, até as datas preestabelecidas ou até o 5.º (quinto) dia útil de cada mês seguinte ao da execução do trabalho. O recolhimento deverá ser realizado em contas bancárias individuais dos sentenciados, abertas pela CONTRATANTE. Estas contas poderão ser acompanhadas, mas não movimentadas pela CONTRATADA. Com exceção das situações em que o TOMADOR seja controlado pelo Poder Público, não poderá haver, sob nenhuma outra hipótese, fluxo financeiro entre a CONTRATADA e o TOMADOR, sob pena de multas ou caducidade do CONTRATO, nos termos deste;
- manter registros individualizados e atualizados da remuneração e do pecúlio dos sentenciados;





- fiscalizar, exigir e garantir a devida e tempestiva emissão das notas fiscais referentes à aquisição, alienação e movimentação de mercadorias produzidas na UNIDADE PENAL e de insumos e matéria-prima necessários, conforme o caso;
- prever e garantir, considerando aspectos de segurança disciplinar e laboral, a disponibilidade de espaço físico adequado à realização do trabalho, bem como a devida adaptação deste aos equipamentos e instalações de produção que nele forem instalados.

3.1.3.1.2. Contrato de trabalho: configuração B

Tratam-se dos postos de trabalho relacionados principalmente à manutenção interna de cada UNIDADE PENAL, incluindo, mas sem se limitar a serviços de panificação, cozinha, lavanderia, limpeza, faxina e serviços gerais.

A alocação de sentenciados em referidos postos será formalizada por meio de instrumento jurídico hábil em que figurem o sentenciado, a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Na configuração B, apesar do local de execução do trabalho poder ser a própria UNIDADE PENAL, em atividades relacionadas com a manutenção desta, a tomadora do trabalho será a CONTRATANTE. Dessa forma, o trabalho estará sendo tomado com o objetivo primeiro da ressocialização do sentenciado, e não propriamente com o objetivo de gerar benefício à CONTRATADA (uma vez que o trabalho pode ser voltado à manutenção da unidade).

Em tal configuração, caberá à CONTRATADA:

- garantir a segurança no trabalho e o correto e satisfatório uso dos equipamentos de proteção individual ("EPI");





- manter registros individualizados e atualizados da remuneração e do pecúlio dos sentenciados;
- fiscalizar, exigir e garantir a devida e tempestiva emissão das notas fiscais referentes à aquisição, alienação e movimentação de mercadorias produzidas na UNIDADE PENAL e de insumos e matéria-prima necessários, conforme o caso;
- prever e garantir, considerando aspectos de segurança disciplinar e laboral, a disponibilidade de espaço físico adequado à realização do trabalho, bem como a devida adaptação deste aos equipamentos e instalações de produção que nele forem instalados.

3.1.4. Assistência à Saúde

A CONTRATADA deverá atuar com o objetivo de proteger a saúde dos sentenciados propiciando-lhes orientação e atendimento médico adequado e tempestivo, e atuando sempre que possível de forma preventiva.

São de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência à saúde, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.

Compete à CONTRATADA a prestação de primeiros socorros e o atendimento médico de baixa complexidade ao sentenciado.

Os atendimentos médicos de média e alta complexidade são de responsabilidade do Poder Público, por meio do Sistema Único de Saúde, observadas as disposições legais e regulamentares.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A prestação, por parte da CONTRATADA, dos serviços médicos aos sentenciados será feita por meio de consultas, prescrição e fornecimento de medicamentos e materiais médico-hospitalares, nos termos do anexo, bem como encaminhamento para consultas especializadas, exames laboratoriais e atendimentos de emergência que não consubstanciem procedimentos de baixa complexidade.

Referentemente aos serviços médicos de média e alta complexidade, a CONTRATADA deverá encaminhar as solicitações pertinentes à SEDS, mediante comunicação formal com a respectiva aprovação endereçada ao DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da respectiva UNIDADE PENAL na qual esteja custodiado o sentenciado, bem como garantir as condições e a disponibilização do sentenciado para se efetive o atendimento a tempo e modo.

Consoante ao disposto neste EDITAL, cabe à SEDS, por sua Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária, toda e qualquer condução do sentenciado externa à UNIDADE PENAL para atendimento médico.

A equipe de assistência à saúde deverá atuar de forma a prover informações à CTC e considerar e analisar as informações que a CTC possa providenciar, de modo a garantir adequada e tempestiva comunicação e atualização dos registros relativos aos sentenciados.

Constituem-se como parâmetros mínimos de atuação da CONTRATADA:

- contratar e manter, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, equipe de saúde constituída por no mínimo:
 - 01 (um) médico clínico geral;
 - 01 (um) enfermeiro;
 - 01 (um) auxiliar de enfermagem;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- 01 (um) psicólogo;
 - 01 (um) odontólogo;
 - 01 (um) assistente social;
 - 01 (um) auxiliar de consultório dentário.
-
- prover, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, serviço de assistência à saúde conforme quadro-horário mínimo abaixo:
 - 40 (quarenta) horas de serviço de médico clínico geral por semana;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de enfermeiro por semana;
 - 40 horas de serviço de auxiliar de enfermagem;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de psicólogos por semana;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de assistente social;
 - 20 (vinte) horas de serviço de odontólogo por semana;
 - 20 horas de auxiliar de consultório dentário por semana.

As atividades desempenhadas pelos profissionais de assistência à saúde, na qualidade de membros da CTC, não serão consideradas para o total de horas acima estabelecido.

- planejar e agendar atendimentos médicos;
- prover primeiros socorros e atendimento médico de baixa complexidade;
- prover e manter estrutura física e equipamentos necessários à prestação de primeiros socorros e de atendimento médico de baixa complexidade;
- para sentenciados portadores do Vírus HIV, bem como com doenças crônicas e degenerativas, além de prover atendimento de baixa complexidade, acompanhar o atendimento de alta e média complexidade;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- garantir a higiene e as condições de salubridade na UNIDADE PENAL;
- garantir programas de imunização e providenciar a vacinação dos sentenciados e dos funcionários de cada UNIDADE PENAL;
- prevenir a UNIDADE PENAL da ocorrência de epidemias;
- comunicar ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL os casos de moléstias contagiosas, assim como promover as medidas necessárias para evitar a disseminação e o contágio;
- realizar a coleta de material para exames laboratoriais;
- manter prontuário médico atualizado de cada sentenciado para acompanhamento permanente;
- promover programas de combate às drogas;
- prover, diretamente ou conjuntamente a entidades terceiras especializadas, atividades de recuperação e tratamento do indivíduo dependente químico que possua condição de ser tratado na UNIDADE PENAL;
- garantir a constante atualização e treinamento da equipe de saúde e a participação desta em cursos de atualização promovidos pelo Poder Público;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- buscar o estabelecimento de parcerias, acordos ou convênios com instituições especializadas de assistência à saúde, com a finalidade de gerar ganhos de qualidade na prestação dos serviços;
- prestar assistência odontológica, assegurando:
 - o cumprimento de metas de saúde bucal, nos termos legais e regulamentares;
 - a prestação de serviços odontológicos aos sentenciados por meio de consultas, tratamentos, prescrição e fornecimento de medicamentos específicos, consoante listagem anexa a este CADERNO DE ENCARGOS, assim como atendimentos de emergência;
 - a aquisição, manutenção, controle e organização de materiais, equipamentos e medicamentos odontológicos;
 - a realização de palestras e a orientação sobre prevenção de câncer bucal e higiene oral;
 - a concessionária deverá responder por todos os custos de atenção básica à saúde bucal, bem como pelo mínimo da atenção de média complexidade e atendimento de urgência, conforme descrito na Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003, especificamente o anexo I, item d, Saúde Bucal.
- prestar serviços de assistência psiquiátrica aos sentenciados, assegurando:
 - a execução de tratamento, consulta, reconsulta e a prescrição de medicamentos;
 - a elaboração, manutenção e atualização de prontuário psiquiátrico individualizado.
- prestar serviços de assistência psicológica, assegurando:
 - a manutenção de um prontuário psicológico atualizado de cada sentenciado para acompanhamento permanente;
 - a promoção de atendimento psicológico aos sentenciados, individualmente ou em grupo;
 - a promoção, conjuntamente à equipe de assistência social e conforme a solicitação desta, de atendimento psicossocial a familiares dos sentenciados;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

a realização de exame criminológico, de investigação disciplinar e de perfil psicológico, elaborando boletins informativos, sempre que requisitados pela CTC e/ou pelo DIRETOR PÚBLICO DO COMPLEXO PENAL;

o apoio à equipe de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa na concepção de atividades voltadas aos sentenciados.

- prestar serviços de assistência terapêutica ocupacional garantindo:
 - o estabelecimento de metas específicas de atendimento em grupo e individuais;
 - o desenvolvimento de atividades específicas com sentenciados que sejam pacientes psiquiátricos ou portadores de necessidades especiais.

3.1.5. Assistência Social

A CONTRATADA prestará serviços de assistência social, visando a reintegração social, assegurando:

- a promoção de investigação social de afinidade para a emissão de carteira de visita e para encontros íntimos;
- a manutenção de um prontuário atualizado contendo informações sociais relevantes a respeito dos sentenciados e de seus familiares;
- a promoção, o restabelecimento e a preservação do vínculo entre sentenciado e seus familiares, com as diligências de investigação de afinidades necessárias para tanto;
- a expedição de documentação civil por órgãos públicos, em favor do sentenciado e/ou familiares;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a preservação da higidez psicossocial dos sentenciados, com acompanhamento periódico, assistindo-o em suas necessidades sociais;
- a prestação de assistência à família para a realização de matrimônios e registro de filhos;
- a prestação de assistência para a realização de visita à família e para a concessão de encontros conjugais;
- a promoção de levantamentos para instruir a realização de exames criminológicos, de investigações para o CONDISC (inclusive no que se refere a endereços de familiares) bem como de solicitações de escopo judicial;
- a emissão de pareceres, laudos e informações técnicas sobre o sentenciado à família;
- a prestação de assistência social ao sentenciado e à sua família, solicitando, quando necessário, a atuação de psicólogos para atendimento psicossocial a familiares de sentenciados;
- a promoção do registro das ocorrências de cada sentenciado, para acompanhamento de sua progressão;
- a comunicação com ministros e/ou colaboradores religiosos, para a realização de palestras, preleções e liturgias religiosas;
- o acesso de forma ampla e completa dos sentenciados à assistência religiosa que demandarem, observadas as determinações legais e regulamentares;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a promoção de práticas de semi-liberdade, visando à ressocialização, nos termos legais e regulamentares, especificamente em conformidade com as exigências judiciais, mediante a autorização prévia e expressa do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL, e com anuência da CTC;
- o encaminhamento formal do egresso à SEDS ou a quem esta determinar;
- o fornecimento ao egresso, quando de sua soltura, de informações e orientações, conforme determinação da SEDS;
- a elaboração e encaminhamento os Planos e Relatórios conforme o disposto neste EDITAL.

3.1.6. Assistência Material

A CONTRATADA deverá fornecer alimentação e materiais para uso dos sentenciados, bem como local de trabalho e materiais para uso da CONTRATANTE.

3.1.6.1. Assistência material aos sentenciados

A CONTRATADA deverá:

- prover alimentação adequada aos sentenciados, em cada UNIDADE PENAL, composta por 04 (quatro) refeições diárias, a saber, desjejum, almoço, lanche vespertino e jantar. Deverá ser elaborado cardápio, segundo critério nutricional, devidamente aprovado pela SEDS. Na falta de outra manifestação da SEDS nesse sentido, será considerado como cardápio





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

mínimo o apresentado no anexo deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;

- garantir a qualidade e a higiene referente à alimentação servida em cada UNIDADE PENAL;
- fornecer a cada sentenciado, bem como higienizar em periodicidade semanal ou sempre que se fizer necessário, assim como manter em estoque e proceder à reposição sempre que necessário ou quando da higienização:
 - 02 (dois) cobertores com dimensões mínimas de 140 cm x 190 cm e espessura mínima de 15 (quinze) mm;
 - (01) colchão anti-chama com dimensões mínimas de 188 cm x 78 cm x 8,5 cm;
 - 02 (dois) lençóis com dimensões mínimas de 140 cm x 225 cm;
 - 02 (duas) toalhas de banho com as dimensões mínimas 70 cm x 130 cm;
 - 02 (duas) toalhas de rosto com dimensões mínimas de 40 cm x 60 cm,
- fornecer a cada sentenciado artigos de higiene pessoal, observada a frequência mínima respectiva ou sempre que se fizer necessário:
 - Aparelho de barbear descartável: frequência mensal;
 - Creme dental (42 gramas) com flúor: frequência semanal;
 - Escova de dente: frequência bimestral;
 - Papel higiênico (rolo com 40 m): frequência semanal;
 - Sabão em pedra (200 gramas): frequência quinzenal;
 - Sabonete (90 gramas): frequência semanal.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- fornecer a cada sentenciado peças de vestuário obedecendo os padrões estabelecidos pela SEDS (caso existam) no que se refere a modelo, tecido e cor e substituí-los sempre que se fizer necessário;
- 02 (dois) jogos de peças de vestuário, cada um composto de calça, camisa ou camiseta, jaqueta ou japona, conjunto de inverno (calça e blusão): frequência semestral;
- 02 (dois) pares de meia: frequência semestral;
- 04 (quatro) cuecas: frequência semestral;
- 01(um) par de tênis: frequência anual;
- 01(um) par de chinelos: frequência anual;
- 02 (dois) jogos de uniforme esportivo, cada um composto de calção, camiseta, meia e tênis: frequência semestral.
- promover mensalmente o corte de cabelo dos sentenciados, ou em menor prazo, caso se faça necessário;
- fornecer material autorizado para o desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas;
- fornecer materiais e medicamentos quando, prescritos e constantes no item 4 deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, e manter farmácia mínima composta de materiais de enfermagem, laboratoriais, odontológicos, medicamentos básicos e de amplo espectro, tanto para atendimento de urgências e emergências, quanto de uso regular, conforme listagem básica constante deste CADERNO DE ENCARGOS;
- fornecer o material escolar (lápiz, caneta, borracha, caderno, papel rascunho, giz e outros que se fizerem necessários), bem como material didático;





- disponibilizar a cada sentenciado uma cama em um local arejado, salubre, sem mofo, onde ele possa passar no mínimo oito horas ininterruptas à noite, com colchão, travesseiro e roupas de cama em padrões dignos e razoáveis. Também se deve garantir a execução de rotinas operacionais efetivas que possibilitem que tais itens possam permanecer limpos e em boas condições de higiene;
- garantir que em todas as celas ou locais de permanência dos sentenciados possua disponibilidade de iluminação mínima de 200 lux (a 0,85 metros);
- garantir que todos os sentenciado tenham a acesso à:
 - o banho de sol, normalmente ao ar livre, durante no mínimo duas hora por dia, tendo a possibilidade de se exercitar, no mínimo, durante esse período;
 - o a banho de água com a finalidade de fazer sua higiene pessoal, ao menos uma vez por dia;
 - o a instalações sanitárias adequadas durante o dia todo.

3.1.6.2. Assistência material à CONTRATANTE

A CONTRATADA deverá prover condições de trabalho adequadas aos profissionais da CONTRATANTE que trabalhem nas UNIDADES PENAIIS em funções relativas à execução do OBJETO DO CONTRATO, incluindo a disponibilização de local de trabalho para os agentes e servidores da CONTRATANTE, devidamente equipado e em adequadas condições de uso.

3.1.7. Assistência Religiosa

Em consonância com a legislação de execução penal e correlata, e observadas as orientações e normas de segurança, a CONTRATADA deverá permitir a realização de cultos religiosos, os quais serão sempre efetuados em local apropriado. A permissão de entrada de ministros e





representantes religiosos requer autorização concedida pelo DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá manter cadastro dos ministros eclesiásticos ou colaboradores religiosos que intentem visitar e/ou tenham visitado a UNIDADE PENAL.

3.2. Serviços e atividades de apoio

Compete à CONTRATADA organizar e prestar, às suas expensas e responsabilidade, os serviços de apoio referentes às atividades de gestão e operação técnico-administrativa de cada UNIDADE PENAL, assim como dos serviços de monitoramento interno, excetuados expressamente os de segurança externa.

A segurança das barreiras físicas (alambrados, muralha etc.) e guaritas, bem como a segurança externa à UNIDADE PENAL é de responsabilidade da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

A manutenção da segurança na área do entorno das UNIDADES PENAS ("ÁREA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA DO COMPLEXO PENAL") compete igualmente à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE é a única responsável pela execução da escolta e transporte dos sentenciados para o externo da UNIDADE PENAL.

3.2.1. Sistema de segurança e serviços de monitoramento interno





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Os serviços de monitoramento interno são de responsabilidade da CONTRATADA. Compreendem a manutenção da guarda e do monitoramento para a custódia e para a segurança dos sentenciados no interior de cada UNIDADE PENAL, e devem ser executados conforme disposições legais e regulamentares, observadas as orientações e determinações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá manter em seu quadro de profissionais, alocados em cada UNIDADE PENAL, um contingente adequado de Agentes de Monitoramento internos especializados e habilitados a exercerem a monitoramento interno da UNIDADE PENAL.

No mínimo, o contingente de Agentes de Monitoramento internos à UNIDADE PENAL não deverá ser inferior ao apresentado no Plano Anual de Segurança e Monitoramento interno, conforme o item 3.3.2 deste Caderno de Encargos.

Constituem diretrizes mínimas de atuação para a CONTRATADA:

- é terminantemente proibido aos funcionários da CONTRATADA, encarregados do monitoramento, o porte de armas de fogo e/ou armas brancas no interior da UNIDADE PENAL;
- o porte, no interior da UNIDADE PENAL, pelos funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento, de objetos contundentes, deverá seguir as normas e orientações estabelecidos pela SEDS;
- observadas as disposições legais e regulamentares, será permitido aos funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento, o porte de tonfas, mediante comprovação de participação em curso de formação e treinamento pertinentes;





- os funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento de cada UNIDADE PENAL deverão utilizar uniformes padronizados e aprovados pela SEDS, bem como crachá de identificação;
- a CONTRATADA deverá instalar, manter e operar, consoante as orientações e determinações da CONTRATANTE, Circuito Fechado de Televisão ("CFTV") em cada UNIDADE PENAL. O CFTV deverá permitir a visualização e o acompanhamento em tempo real, bem como a gravação das respectivas imagens, de todas as áreas de cada UNIDADE PENAL, consoante as determinações da SEDS. As imagens geradas deverão ser disponibilizadas, em tempo real, à SEDS ou a quem esta determinar.

3.2.1.1. Portaria

A CONTRATADA deve:

- executar serviços de controle, monitoramento e segurança na portaria interna e externa de cada UNIDADE PENAL;
- executar serviços de recepção, controle e registro de entrada e saída de pessoas autorizadas, mediante a entrega de crachás de identificação e senhas, recolhendo as carteiras de visita com prazo de validade expirado;
- garantir que qualquer pessoa, funcionária ou não, quer da CONTRATADA, quer da CONTRATANTE, cuja entrada seja autorizada à qualquer das UNIDADES PENAS, obrigatoriamente, porte crachá de identificação e tenha seus dados, assim como os referentes a sua entrada e saída, devidamente arquivados nos registros de cada UNIDADE PENAL, e seja submetida aos devidos procedimentos de revista, na entrada e na saída;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- realizar revistas de todas as pessoas, veículos e volumes quando da sua entrada e/ou saída da UNIDADE PENAL;
- efetuar revista corporal em mulheres e crianças por Agentes de Monitoramento do sexo feminino;
- no que se refere aos procedimentos de checagem e revista, seguir, no mínimo, as determinações e orientações emanadas da SEDS, bem como submeter-se às auditorias requeridas pela SEDS;
- receber, examinar, avaliar, revistar e registrar correspondências, material de leitura, objetos e demais volumes, especialmente os destinados e/ou expedidos pelo sentenciado, quando do ingresso ou saída da UNIDADE PENAL, encaminhando-os às seções responsáveis pela sua distribuição;
- garantir o monitoramento constante na portaria e a eficácia das revistas e dos procedimentos de checagem do ingresso e saída de todas pessoas, veículos e objetos, a fim de evitar o trânsito na UNIDADE PENAL de quaisquer tipos de bens e/ou produtos não autorizados pela SEDS ou pela legislação e regulamentação pertinentes, bem como de:
 - instrumentos cortantes e/ou perfurantes, armas de qualquer natureza e objetos destinados a jogos de azar;
 - valores, jóias e objetos de valor;
 - equipamentos de telecomunicações, com exceção dos devidamente autorizados.
- recolher, sob recibo, valores, jóias e objetos de valor encaminhando-os ao setor de guarda de bens, de acordo com as normas internas e orientações da CONTRATANTE;





- disponibilizar e operar equipamentos de monitoramento e segurança como, por exemplo, equipamentos de detecção de metais e raios X.

3.2.1.2. Disciplina, controle e inspeção

A CONTRATADA deverá:

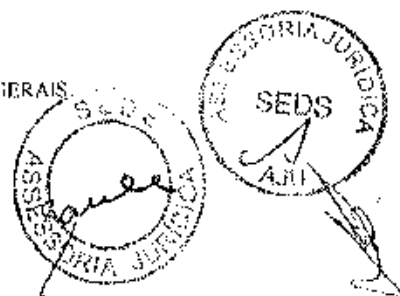
- garantir de forma constante a manutenção da ordem e da disciplina e a segurança no interior da UNIDADE PENAL, inclusive durante os períodos e ocasiões de visitas, observadas as determinações e orientações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA, e sob a fiscalização da SEDS;
- adotar com presteza todas as medidas de segurança necessárias, registrando-as no boletim diário de ocorrências;
- garantir o monitoramento e a manutenção da ordem durante a prestação dos serviços de assistência à educação, ao trabalho, à saúde e demais serviços;
- promover dentro da UNIDADE PENAL o monitoramento na movimentação de sentenciados;
- promover a adoção de medidas que visem à segurança dos sentenciados nas dependências do estabelecimento;
- garantir o monitoramento e a manutenção da ordem durante as visitas e garantir a segurança dos visitantes;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

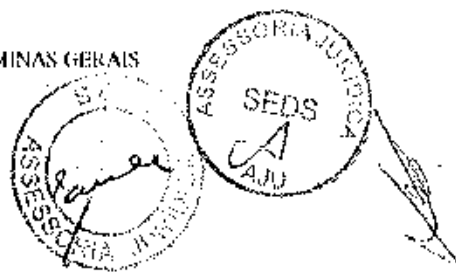
- garantir o monitoramento constante no interior de cada UNIDADE PENAL, de forma a evitar a posse de quaisquer tipos de bens e/ou produtos não autorizados pela SEDS ou pela legislação e regulamentação pertinentes, bem como de:
 - instrumentos cortantes e/ou perfurantes, armas de qualquer natureza e objetos destinados a jogos de azar;
 - valores, jóias e objetos de valor;
 - equipamentos de telecomunicações, com exceção dos devidamente autorizados.
- evitar fugas, rebeliões, motins e tumultos;
- garantir o não-uso da violência contra o sentenciado;
- inspecionar, diariamente, as celas, corredores, e pátios e demais ambientes de circulação dos sentenciados providenciando as medidas necessárias para a segurança e salubridade, assim como a busca e apreensão de materiais não autorizados nos termos legais e regulamentares;
- inspecionar regularmente os demais ambientes, providenciando as medidas necessárias para a segurança e salubridade, assim como a busca e apreensão de materiais não autorizados nos termos legais e regulamentares;
- manter registros de ocorrências que atestem a disciplina do sentenciado;
- garantir e prover o constante treinamento e atualização dos Agentes de Monitoramento, contemplando, inclusive, aspectos referentes à ressocialização do sentenciado;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- manter registro e disponibilizar informações, sempre que requisitado pela SEDS ou por outros órgãos e autoridades competentes, sobre os sentenciados e egressos, até 05 (cinco) anos após a respectiva soltura. Findo este período, a CONTRATADA deverá encaminhar os registros à SEDS ou a quem esta determinar;
- manter registro com os dados de identificação e características individuais de cada sentenciado e a sua lotação;
- recolher os sentenciados às suas respectivas celas;
- instruir os sentenciados sobre os seus deveres e obrigações;
- apresentar à apreciação do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, bem como ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL, relatório diário sobre a população carcerária, distribuição e alterações ocorridas, e resultados de inspeções efetuadas nas celas, corredores e pátios;
- garantir a distribuição de correspondências, material de leitura e objetos devidamente autorizados aos sentenciados;
- promover o encaminhamento dos sentenciados à execução do asseio e da higiene pessoal;
- recolher as roupas, calçados e objetos de uso pessoal para higienização, guarda e posterior devolução aos sentenciados;





- fazer que sejam observados os horários de despertar, de recolher, das refeições, de estudo, de trabalho e das demais atividades nas saídas das celas, pátios de lazer e outras dependências de cada UNIDADE PENAL.

3.2.2. Infra-estrutura

A CONTRATADA deverá prover investimento e manutenção constantes nos bens móveis e imóveis da UNIDADE PENAL, a fim de mantê-los em condições adequadas de utilização, além de evitar o uso de bens deteriorados ou obsoletos, promover a constante atualização dos equipamentos e sistemas em uso, sejam mecânicos, eletrônicos ou de qualquer outra natureza.

Competirá à CONTRATANTE a realização de vistoria dos bens reversíveis, sendo-lhe facultado reter pagamentos à CONTRATADA, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

3.2.2.1. Comunicação

Anualmente a CONTRATADA apresentará, como parte integrante do Plano anual de manutenção e atualização da infra-estrutura descritos em item específico deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, um planejamento de execução voltado às questões referentes à comunicação, observando, no mínimo: 01 (um) aparelho de telefone, 01 (um) aparelho de fax e 01 (um) terminal de acesso à Internet, todos devidamente instalados e em perfeito funcionamento, para cada membro da Diretoria.

3.2.2.2. Sistema de informação

Conforme solicitação da SEDS, a CONTRATADA deverá manter devidamente atualizados os sistemas públicos de informação, especialmente o INFOPEN.





A CONTRATADA deverá manter um sistema de informação computadorizado que registrará os dados dos sentenciados, familiares, funcionários e todas as pessoas que adentrem na UNIDADE PENAL.

A instalação, manutenção e atualização desse sistema, bem como a garantia da segurança dos dados ali armazenados, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Mensalmente, a CONTRATADA deverá fornecer à SEDS, em datas predefinidas por esta, uma cópia de todos os dados armazenados neste Sistema. Esta cópia deverá contemplar a atualização de todos os dados até a data de tal entrega. Este sistema deverá conter, no mínimo, as seguintes informações atualizadas:

- PRONTUÁRIO DO SENTENCIADO (conforme definido no item 3.2.2.2.1);
- prontuário dos Agentes de Monitoramento e demais funcionários (conforme definido no item 3.2.2.2);
- registro de dados de identificação e afinidade referentes à entrada e saída de todas as pessoas que ingressarem na UNIDADE PENAL;
- dados detalhados referentes à prestação de assistência material aos sentenciados;
- informações cadastrais dos ministros eclesiásticos ou colaboradores religiosos que visitem a UNIDADE PENAL. Tais informações cadastrais devem conter no mínimo os dados de identificação do ministro e/ou colaborador bem como de sua igreja, entidade ou grupo que represente;





- informações referentes de todos documentos relacionados aos sentenciados, funcionários e pessoas que ingressem na UNIDADE PENAL que estejam e/ou estiveram em poder da CONTRATADA, que permanecem guardados conforme descrito no item 3.2.2.3 referentes aos pertences dos sentenciado que permanecem ou permaneceram em poder da CONTRATADA.

3.2.2.2.1. Prontuário do sentenciado

O PRONTUÁRIO DO SENTENCIADO é formado, no mínimo, pelas seguintes informações:

a. Informações Gerais:

Registros com identidade pessoal (incluindo filiação), identificação biotécnica (a qual deverá incluir exame descritivo e notas cromáticas (cúti e olhos) de traços característicos, marcas, sinais particulares, cicatrizes, tatuagens etc., identificação datiloscópica e de cúti) e fotográfica (de frente e perfil) dos sentenciados, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado;

b. Informações Jurídicas:

- artigo referente ao qual o sentenciado está cumprindo pena;
- número de dias de pena já cumprida;
- número de dias de pena a cumprir;
- dados referentes ao atendimento jurídico realizado e agendado;
- dados referentes a pedidos de:
 - "Hábeas Corpus",
 - indulto,
 - comutação,
 - "graça",





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

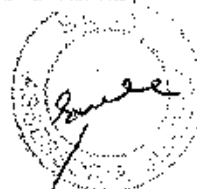
- livramento condicional,
- progressão de regime,
- unificação de pena,
- revisão criminal,
- recursos,
- alvarás.

c. Informações Escolares e Educacionais:

- i. grau de instrução,
- ii. cursos realizados,
- iii. dados referentes à frequência.

d. Informações referentes ao trabalho:

- i. formação Profissional,
- ii. experiência Profissional;
- iii. histórico do trabalho do sentenciado;
- iv. dados referentes à frequência, data de alocação e/ou retirada dos postos de trabalho;
- v. histórico da remuneração do sentenciado;
- vi. histórico de recolhimento do pecúlio, ressarcimento do Estado, bem como seus respectivos saldos atualizados;
- vii. contratos de trabalho, incluindo:
 - configuração do contrato de trabalho (conforme o item 3.1.3.1),
 - vigência do contrato de trabalho,
 - sentenciado(s) que executaram o trabalho,
 - remuneração.





e. Informações referentes à saúde:

- i. dados sobre a realização de ações preventivas, como, por exemplo, vacinações;
- ii. histórico de consultas, diagnósticos, prognósticos, prescrição e fornecimento de medicamentos, encaminhamento para consultas especializadas ou atendimento médico de média e alta complexidade, exames laboratoriais e atendimentos de emergência;
- iii. histórico de acompanhamento e tratamento médico, psiquiátrico, odontológico, psicológico e terapêutico ocupacional.

f. Informações assistência social:

- i. dados referentes à situação social do sentenciado e de seus familiares;
- ii. dados referentes à investigação social de afinidade relacionada aos visitantes;
- iii. histórico dos atendimentos referentes à assistência social;
- iv. histórico de visitas.

g. Informações disciplinares:

- i. histórico disciplinar do sentenciado.

3.2.2.2.2. Prontuário do Agente de Monitoramento e dos demais funcionários

O Prontuário dos Agentes de Monitoramento e dos demais funcionários é formado por, no mínimo as seguintes informações:

a. Informações Gerais:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

registros com a identificação biotécnica (a qual deverá incluir identificação relacionada a características biológicas como, por exemplo, identificação datiloscópica e de cutis) e fotográfica dos Agentes de Monitoramento e demais funcionários, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado.

b. Informações Escolares e Educacionais:

- i. grau de instrução;
- ii. cursos realizados.

c. Informações referentes à saúde:

- i. dados sobre realização de ações preventivas, como, por exemplo, vacinações;
- ii. histórico de acompanhamento e tratamento, psicológico e/ou psicossocial.

3.2.2.3. Serviços de identificação, documentação, movimentação e guarda de bens e valores

Os serviços de identificação, documentação, movimentação e guarda de bens e valores têm por objetivo:

- o registro e a movimentação dos sentenciados;
- a manutenção dos sistemas de informações incluindo, além dos pontos detalhados a seguir, o atendimento a todas as condições necessárias ao cumprimento das determinações judiciais, do Conselho Penitenciário e do Conselho Disciplinar;
- a manutenção do cadastro da população penitenciária;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a guarda de bens e valores dos sentenciados, visitas e demais pessoas que venham a adentrar nas dependências da UNIDADE PENAL;
- a manutenção dos sistemas de informação sobre o Sistema Penal.

A CONTRATADA deverá:

- manter atualizado o sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2 registrando, inclusive:
 - os expedientes e ocorrências relacionados aos sentenciados, anotando qualquer alteração referente à sua situação de execução penal;
 - as ocorrências de transferências, inclusões, exclusões e remoções de sentenciados e outras ocorrências que importem em sua movimentação, apresentações em juízo, encaminhamento às Comarcas, recebimento de correspondências, ocorrências internas e sanções disciplinares;
- Prover e manter registros com a identificação datiloscópica e fotográfica dos sentenciados;
- Manter atualizado o sistema de informação com os fichário dos sentenciados, com identidade pessoal, filiação, exame descritivo e notas cromáticas (cúlis e olhos) de traços característicos, marcas, sinais particulares, cicatrizes, tatuagens, etc., com fotografia de frente e perfil, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado;
- fornecer à CONTRATANTE ou a quem esta determinar, sempre que solicitado, as informações contidas no sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2 bem como nos





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

demaís registros e/ou arquivos (impressos ou não) em poder da CONTRATADA referentes aos sentenciados, Agentes de Monitoramento, funcionários, e demais pessoas que adentrarem na UNIDADE PENAL;

- atualizar os PRONTUÁRIOS DOS SENTENCIADOS, de maneira a permitir o acompanhamento da evolução da pena e dos benefícios concedidos;
- referenciar aos prontuários constantes no sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2, bem como organizar e guardar os documentos encaminhados pelas demais seções do estabelecimento;
- manter registro atualizado diariamente da população do estabelecimento penitenciário;
- comunicar à direção do estabelecimento penitenciário, para fins de encaminhamento à SEDS das alterações ocorridas na população penitenciária;
- preparar a documentação referente à movimentação e remoção dos sentenciados do estabelecimento às varas de execuções penais, comarcas, delegacias, hospitais e outras transferências, atendendo a solicitações do órgão competente para a devida movimentação;
- arquivar cópias e/ou originais (quando for o caso) de documentos relevantes referentes à execução penal tais como guias de soltura, alvarás etc.;
- preparar atestados, certidões de comportamento carcerário e outros documentos referentes à execução penal direcionando-os, necessariamente, ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DA UNIDADE PENAL;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- comunicar ao DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA do COMPLEXO PENAL e ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DA UNIDADE PENAL a movimentação necessária de sentenciados para que solicite ao Poder Público a escolta de segurança externa;
- adotar as providências necessárias à apresentação de sentenciados às autoridades requisitantes;
- coletar e preparar os dados solicitados pelas demais seções assistenciais ou de segurança, bem como aqueles destinados à instrução de exames classificatórios ou procedimentos disciplinares;
- organizar e manter um sistema de informações, utilizando-se dos meios da informática e processamento de dados, de forma a permitir o fornecimento de informações sobre os prontuários, situação carcerária e procedimentos penitenciários, registro e movimentação de sentenciados;
- alimentar com precisão e manter atualizados os sistemas de informação da CONTRATANTE ou conforme esta o solicitar;
- assessorar e apoiar às reuniões do Conselho Disciplinar e da Comissão Técnica de Classificação (CTC) por meio do preciso e adequado fornecimento de informações;
- recepcionar, registrar e guardar os valores, jóias e objetos de valor, conforme as determinações da SEDS e as normas internas da UNIDADE PENAL.

3.2.2.4. Manutenção e atualização da infra-estrutura





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A manutenção da infra-estrutura tem como escopo a eficiência das condições de segurança e operação, devendo manter em bom estado físico e funcional os edifícios e recintos, suas instalações, obras de paisagismo e obras complementares.

Os critérios e normas técnicas a serem adotados na elaboração e execução da referida manutenção deverão assegurar em todo o momento e pelo período que dure a concessão que o contrato se cumpra e que ao final da concessão se entreguem as obras em condições de serem utilizadas e de proporcionarem a adequada operação e prestação dos serviços.

A CONTRATADA deverá estabelecer um programa anual de manutenção da obra o qual deverá incluir ao menos:

- A política de conservação adotada com sua justificativa técnica;
- Uma quantificação das obras que serão executadas para a conservação dos edifícios e recintos, suas instalações, equipamentos, elementos e obras complementares, incluindo análise dos preços unitários, quantificações e estimativas do custo da mão de obra;
- Cronograma com as operações de manutenção;
- O constante no programa referencial de manutenção da infra-estrutura conforme apresentado no item 3.2.2.4.2.

A CONTRATANTE fica assegurada o direito de:

- Exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais;





- Solicitar a substituição de qualquer empregado cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgada inconveniente.

A fiscalização EFETUADA pela CONTRATANTE não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços.

3.2.2.4.1. Definições e conceitos referentes à manutenção

Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam a atender a conveniência da organização dos serviços de manutenção, fica estabelecida a adoção das seguintes Definições e Conceitos:

- Sistema: é o conjunto de subsistemas, equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais desempenham suas funções individuais para contribuir à função fim;
- Função do Sistema: é a atividade fim ou atividade principal para a qual existe o sistema, ou seja, proporcionar segurança aos usuários e patrimônios dos órgãos ocupantes do prédio;
- Manutenção: é o conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável ao Sistema, não se incluindo nesta denominação serviços de ampliação ou modificação do projeto original;
- Manutenção Preventiva: é o conjunto de ações desenvolvidas sobre o Sistema, com programação mensal antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

inspeções sistemáticas, detecções e de medidas para evitar falhas, com o objetivo de mantê-lo;

- **Manutenção Corretiva:** é o tipo de manutenção mobilizada após a ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento do Sistema;
- **Programa de Manutenção:** é o plano de trabalho elaborado para cada subsistema ou para cada equipamento componente do subsistema, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, seqüências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;
- **Defeito:** é anormalidade de um subsistema ou em um equipamento que não impede o desenvolvimento de sua função;
- **Falha:** é anormalidade no subsistema ou num equipamento com interrupção da capacidade de desempenhar sua função;
- **Situação de Emergência:** é a ocorrência de defeitos ou falhas, que resulte na paralisação parcial ou total do funcionamento do sistema. Esta situação demanda manutenção corretiva de emergência, para o imediato retorno do equipamento à função;
- **Ocorrência:** é qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção Preventiva ou de operação normal;





- Equipe de Manutenção: são profissionais empregados da CONTRATADA, com objetivos de execução direta dos serviços sob a sua responsabilidade. Será constituída por profissionais especificamente especializados nas funções.

3.2.2.4.2. Programa referencial de manutenção da infra-estrutura

O presente programa define o conjunto mínimo de atividades de manutenção da infra-estrutura que deverá ser executada pela Concessionária durante todo o período da concessão.

Exterior dos edifícios

I) Manutenção dos telhados:

- Limpeza e pintura dos telhados, platibandas e beirais, uma vez a cada quatro anos;
- Verificação das juntas e calafetações, uma vez a cada quatro anos;
- Verificação da impermeabilização das lajes de cobertura duas vezes ao ano;
- Limpeza e manutenção das calhas e condutores de águas pluviais uma vez ao ano;
- Limpeza e manutenção dos dutos de ventilação cada dois anos;
- Verificação e eliminação de ferrugem das estruturas e peças metálicas com aplicação da pintura adequada à sua proteção a cada quatro anos.

II) Manutenção das fachadas e muros:

- Limpeza dos muros uma vez ao ano;
- Limpeza das janelas uma vez ao mês;
- Pintura dos muros e fachadas a cada dois anos;
- Verificação do estado do revestimento dos muros e fachadas uma vez ao ano;
- Manutenção das janelas, grades e telas com revisão a cada seis meses.

III) Manutenção dos pisos externos:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Limpeza e reposição dos elementos que compõe os pisos externos.

IV) Manutenção dos jardins:

- Manutenção geral das áreas verdes, jardins e jardineiras (internas e externas);
- Adubação da terra uma vez ao ano;
- Replante das espécies que forem necessárias;
- Poda das árvores e arbustos conforme o necessário;
- Revisão e manutenção dos sistemas de irrigação e drenagem.

V) Manutenção dos acessos e circulações externas de pedestres e veículos:

- Verificação do estado das portas e portões, uma vez a cada seis meses;
- Verificação da comunicação visual e placas de sinalização, substituindo às que estiverem deterioradas.

VI) Iluminação externa:

- Verificação do estado dos elementos metálicos com a eliminação das ferrugens das estruturas metálicas e postes e aplicação de pintura adequada a cada dois anos;
- Comprovar o bom funcionamento das lâmpadas repondo-as ao término de sua vida útil segundo as indicações do fabricante.

VII) Cercas perimetrais:

- Cerca exterior: verificação do seu estado geral a cada seis meses, refazendo sua pintura a cada dois anos.

VIII) Instalações sanitárias exteriores:

i. Água potável (captação e armazenamento):





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Verificação do estado das caixas d'água elevada e semi enterrada, seus encanamentos e conexões, uma vez a cada seis meses;

Revisão e limpeza das caixas d'água, reparos dos filtros e verificação do estado das escadas de acesso uma vez a cada ano;

Verificação do estado de funcionamento de todos os equipamentos, atentando para sua manutenção periódica segundo instruções dos fabricantes.

ii. Estação de tratamento de esgotos e sistema de drenagem das águas pluviais:

Limpeza e manutenção da estação de tratamento de esgotos, conforme determinado pelo projeto executado;

Limpeza e manutenção dos coletores, caixas de passagem e sistema de drenagem com a retirada dos elementos sólidos não degradáveis, uma vez por semana;

Verificação, limpeza e desobstrução da rede de drenagem dos coletores de águas pluviais uma vez por semana.

IX) Instalações elétricas exteriores:

Realização de manutenção periódica das instalações elétricas que deverão assegurar o perfeito funcionamento de todos os sistemas;

Realização de uma manutenção completa a cada dois anos na subestação elétrica e grupo gerador e a cada ano nos equipamentos de iluminação, alarmes, câmeras de CFTV, sensores e cabos de detecção;

Reposição de todos os elementos defeituosos ou com problemas de funcionamento, através de uma verificação que se realizará pelo menos uma vez por semana, ou sempre que se fizer necessário;

Deve sempre estar assegurado o funcionamento do sistema elétrico durante as 24 horas do dia;

Os grupos giradores deverão ser checados de acordo com as instruções do fabricante e deverão estar operativos a todo o momento.





X) Instalações de combate a incêndios:

Verificação das redes de combate a incêndios, suas válvulas e mangueiras que deverão estar prontas para operar em qualquer emergência, assim como os extintores.

Interior dos Edifícios

I) Forros:

- Manutenção dos forros: (em concretos, metálicos, gesso, madeira etc.);
- Limpeza e reparação, pintura e reposição de elementos deteriorados ou faltantes uma vez a cada dois anos.

II) Paredes internas:

- Limpeza das paredes anual, pintura a cada dois anos;
- Limpeza dos revestimentos de paredes (cerâmicas, azulejos, madeira, metálicos, outros) e reposição dos elementos deteriorados ou faltantes de imediato;
- Limpeza e manutenção das portas, janelas e seteiras, com a substituição dos elementos faltantes.

III) Pisos:

- Manutenção e limpeza dos pisos em concretos, pisos monolíticos tipo granilite, cerâmicos, pedras e outros com o reparo ou substituição dos elementos faltantes de imediato.

IV) Esquadrias Metálicas:

- Manutenção e limpeza das grades, portas e gaiolas com a reposição dos elementos defeituosos ou avariados, a cada seis meses;
- Revisão do equipamento de acionamento da abertura e fechamentos das portas com a manutenção conforme especificação do fabricante.





V) Instalações internas:

i. Instalações hidráulicas:

Manutenção e reparo dos vasos sanitários;

Manutenção geral com a verificação da tubulação, grelhas, válvulas de descarga, torneiras e chuveiros, reparos nos azulejos, cerâmicas e acabamentos com sua prevenção permanente e correção de imediato.

ii. Instalações elétricas:

Realização periódica das instalações elétricas que devem assegurar o funcionamento de todos os sistemas;

Realização de manutenção completa, uma vez a cada ano da subestação, equipamentos de iluminação, controle de abertura e fechamento de portas, câmeras, sistemas de aterramento e equipamentos de controle de acesso;

Reposição imediata de materiais defeituosos como lâmpadas, interruptores, potenciômetros e outros, com uma verificação de pelo menos uma vez por semana ou quando julgar necessário;

Verificação da rede estruturada com os reparos que forem necessários;

Deverá ser assegurada a continuidade da operação do sistema elétrico 24 hrs por dia;

Os grupos geradores deverão ser revisados conforme as instruções dos fabricantes e devem estar operantes a todo o momento.

iii. Instalações de gás:

Revisão geral das tubulações, válvulas e conexões da rede. Detecção e reparo de vazamentos.

iv. Comunicação e CFTV:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Manutenção periódica do sistema de telefonia e comunicações segundo instruções dos fabricantes;

Manutenção do sistema de segurança segundo instruções dos fabricantes, com manutenção preventiva a cada seis meses.

Barreiras físicas

I) Muralhas:

Revisão geral com a verificação da existência de fendas, protuberâncias ou elementos que possibilitem sua escalada, a cada dois anos;

Revisão anual do estado das concertinas e sua fixação;

Revisão geral das passarelas e guarda corpo a cada dois anos;

Revisão geral das guaritas de vigilância incluindo a substituição de vidros e lâmpadas, a cada seis meses;

Revisão do funcionamento das portas, portões e gaiolas. Limpeza e pintura protetora a cada dois anos;

Verificação e remoção de ferrugem das estruturas metálicas com sua correspondente reparação e pintura protetora uma vez a cada ano,

II) Alambrados:

Revisão geral das malhas com os devidos reparos, verificação da tensão das malhas e suas fixações nos postes. Verificação da posição das concertinas a cada seis meses. Eliminação de ferrugem com pintura protetora a cada ano;

Revisão das estruturas e postes metálicos, a fixação das malhas uma vez por mês, com a eliminação de ferrugem e pintura protetora a cada ano;

No caso de haver algum dos elementos mencionados com defeito substituí-los imediatamente.





Equipamentos e Sistema de Segurança

I) A CONTRATADA deverá:

manter todos os equipamentos do sistema em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas dos mesmos;
efetuar a manutenção preventiva de todos os equipamentos, obedecendo a uma rotina programada a qual deverá constar no plano anual de manutenção da infra-estrutura e deverá contemplar, no mínimo, uma visita mensal que garanta, para todos os equipamentos:

- a verificação técnica nos equipamentos que compõe o sistema;
- a execução de ajustes e testes de funcionamento dos equipamentos;
- a verificação nos aparelhos de alimentação de energia elétrica;
- a verificação das baterias dos *no breaks*;
- a limpeza geral dos equipamentos;
- ajustes de focos das câmeras;
- a verificação dos fechos eletrônicos;
- a limpeza de cabeçotes;
- o teste de gravação e reprodução dos equipamentos;
- a verificação das fontes de alimentação das câmeras;
- o ajustes de sensores de presença.

efetuar a manutenção corretiva sempre que necessário;

apresentar no relatório anual de manutenção da infra-estrutura todas as providências adotadas e demais informações pertinentes;

credenciar para a direção dos serviços, um técnico de nível superior que seja legalmente habilitado no CREA, o qual será seu responsável na forma da legislação vigente;

levar, imediatamente, ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis,





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

bem como, comunicar, por escrito, e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações;

reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais, em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou excesso de defeitos;

garantir que todas as peças de reposição sejam originais do fabricante e de primeiro uso.

3.3. Planos, relatórios e metas mínimas

3.3.1. Abordagem geral

As atividades da Concessionária, bem como a dinâmica entre a CONTRATADA, a CONTRATANTE e o CONSELHO CONSULTIVO, se estruturam, de forma geral, baseados em uma série de documentos formais constituídos de planos e relatórios.

Tais planos e relatórios servirão para a constituição de uma via formal de análise, transparência e integralização de um consenso entre as três partes supracitadas. Os planos e relatórios trarão o estabelecimento de metas, a avaliação anual da prestação de serviços (a qual impactará anualmente no pagamento da CONTRATADA e que constitui uma via de avaliação distinta das descritas no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE) e serão utilizados para a formação do parecer do CONSELHO CONSULTIVO, parecer este de caráter não vinculante e não deliberativo, mas que necessariamente deve ser comunicado à CONTRATANTE antes de suas deliberações mais relevantes (entre elas, as apresentadas neste documento).

Planos





Até o dia 01 de outubro de cada ano, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONSELHO CONSULTIVO e à SEDS os Planos indicados nos itens a seguir e referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte. Em até 30 (trinta) dias após tal apresentação, o CONSELHO CONSULTIVO deverá emitir à CONTRATADA, com cópia à CONTRATANTE, seu parecer, apresentando sugestões fundamentadas de ordem prática e possíveis de serem implementadas nos limites de seus respectivos prazos e recursos, salientando os pontos relevantes tanto positivos quanto negativos e especificando os termos da aprovação do respectivo plano.

Após esse prazo, ouvido o CONSELHO CONSULTIVO, a SEDS aprovará, solicitará alterações ou reprovárá o plano apresentado pela concessionária.

Relatórios

Até o dia 15 de janeiro de cada ano, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONSELHO CONSULTIVO e à SEDS os Relatórios indicados nos itens a seguir e referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior. Tais relatórios deverão conter, entre outros pontos, os conceitos e notas, conforme descritos nos itens a seguir (itens de 3.3.2 a 3.3.9), referentes aos respectivos serviços prestados no período.

Em até 30 (trinta) dias após tal apresentação, o CONSELHO CONSULTIVO deverá emitir à CONTRATADA, com cópia à CONTRATANTE, seu parecer, apresentando sugestões fundamentadas de alterações nos conceitos e notas ou concordando com tais, apontando claramente as razões de sua concordância ou sugestão de alteração.

Após esse prazo, ouvido o CONSELHO CONSULTIVO, a SEDS emitirá, no prazo de 15 dias, os conceitos e notas finais que serão utilizados como base para a PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO a ser paga à CONTRATADA. Tais conceitos e notas finais poderão concordar





ou discordar, em parte ou no todo, com o apresentado pela CONTRATADA e/ou o apresentado pelo CONSELHO CONSULTIVO.

3.3.2. Sistema de segurança e monitoramento interno

3.3.2.1. Plano anual de Segurança e Monitoramento Interno

Sem prejuízo do disposto neste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, o **Plano anual de Segurança e Monitoramento Interno** conterá a descrição detalhada das atividades e serviços correlatos à segurança e ao monitoramento, bem como à manutenção do sistema de segurança, contendo uma descrição detalhada dos procedimentos, equipamentos e contingente de profissionais referentes a cada UNIDADE PENAL, mencionando inclusive o contingente mínimo de Agentes de Monitoramento, usado para os cálculos que a ele se referir no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.3.2.2. Relatório Anual de Segurança e Monitoramento Interno

O **Relatório anual de Segurança e Monitoramento Interno** deverá conter o detalhamento das atividades e dos serviços referentes à segurança e ao monitoramento interno desenvolvidos e prestados no ano a que se referir, incluindo uma análise do atingimento das metas delineadas no **Plano Anual de Segurança Monitoramento Interno** correspondente, uma descrição detalhada dos procedimentos, equipamentos e contingente de profissionais referentes a cada UNIDADE PENAL e, ao final, a atribuição de um conceito às atividades e serviços de Segurança e monitoramento interno, conforme escala a seguir:

- a. Não Atende (NAT);
- b. Atende (AT);
- c. Atende Satisfatoriamente (ATS);





d. Atende com Excelência (ATEX).

3.3.3. Assistência Social

3.3.3.1. Plano Anual de Assistência Social

O **Plano Anual de Assistência Social** deverá contemplar a descrição detalhada das atividades estabelecidas neste **CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**, a forma como serão executadas e a análise crítica dos problemas decorrentes, bem como o estabelecimento de metas e as condições e circunstâncias de cumprimento.

Além de aspectos qualitativos, a descrição das metas deve versar sobre aspectos quantitativos mínimos, conforme aplicável, observados os parâmetros mínimos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**.

3.3.3.2. Relatório Anual de Assistência Social

O **Relatório Anual de Assistência Social** deverá conter o detalhamento dos serviços de assistência social prestados no ano a que se referir incluindo a análise do cumprimento das metas que haviam sido delimitadas no **Plano Anual de Assistência Social** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito ao serviço social prestado, conforme escala a seguir:

- a. Não Atende ("NAI");
- b. Atende ("AT");
- c. Atende Satisfatoriamente ("ATS");
- d. Atende com Excelência ("ATEX").

3.3.4. Assistência Educacional





3.3.4.1. Plano Anual de Assistência Educacional

O **Plano Anual de Assistência Educacional** deverá conter a descrição detalhada das atividades referentes à Assistência à Educação (abrangendo no mínimo os tópicos descritos neste **CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**), a forma como elas serão desenvolvidas, uma análise dos problemas a ela referentes bem como um planejamento de metas e a forma como estas serão atingidas.

3.3.4.2. Relatório Anual de Assistência Educacional

O **Relatório Anual de Assistência Educacional** deverá conter o detalhamento dos serviços de Assistência à Educação prestados no ano a que se referir, incluindo uma análise do atingimento das metas delineadas no **Plano Anual de Assistência Educacional** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito à Assistência Educacional prestada, conforme escala a seguir:

- e. Não Atende (NAT);
- f. Atende (AT);
- g. Atende Satisfatoriamente (ATS);
- h. Atende com Excelência (ATEX).

3.3.5. Trabalho do sentenciado

3.3.5.1. Plano Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado

O **Plano Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado** deverá contemplar a descrição detalhada das atividades estabelecidas neste **CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**, a forma como serão executadas e a análise crítica dos problemas





decorrentes, bem como o estabelecimento de metas e as condições e circunstâncias de cumprimento.

Além de aspectos qualitativos, a descrição das metas deve versar sobre aspectos quantitativos mínimos, como carga horária, número e natureza laboral dos postos de trabalho voltados aos sentenciados, observados os parâmetros mínimos estabelecidos neste CADERNO DE ENCARGOS.

3.3.5.2. Relatório Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado

O Relatório Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado deverá conter o **Quadro de Avaliação do Trabalho Oferecido ao Sentenciado ("QDCTS")**, conforme o disposto nos item 3.3.5.3, no âmbito do qual atribuir-se-ão conceitos consoante a seguinte escala:

Inexpressivo (INX);
Insuficiente (INS);
Suficiente (SUF);
Expressivo (EXP);
Relevante (RLV);
Muito Alto (MTAL).

Os conceitos atribuídos determinarão a pontuação, consoante a tabela a seguir disposta:

Conceito	Pontuação
INX	0
INS	0,30
SUF	0,50
EXPR	0,70
RLV	0,85
MTAL	1,00





Para cada um dos referidos tópicos de avaliação são estabelecidos pesos, conforme o disposto no item 3.3.5.3.

A CONTRATADA deverá disponibilizar o QDCTS como parte integrante do **Relatório Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado**.

Além das considerações referentes ao quadro de avaliação do trabalho oferecido ao sentenciado (QDCTS), o **Relatório Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado** deverá conter os demais aspectos referentes ao detalhamento dos serviços de Assistência ao Trabalho do Sentenciado prestados no ano a que se referir, incluindo uma análise do atingimento das demais metas delineadas no **Plano Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado** correspondente. Com relação a estes demais aspectos, o **Relatório Anual de Assistência ao Trabalho do Sentenciado** deverá, ao final, conter a atribuição de um conceito conforme escala a seguir:

- a. Não Atende (NAT);
- b. Atende (AT);
- c. Atende Satisfatoriamente (ATS);
- d. Atende com Excelência (ATEX).

A tal conceito corresponderá uma pontuação conforme a tabela que se segue:

Conceito	Pontuação
NAT	0
AT	0,50
ATS	0,75
ATEX	1,00





Tal pontuação deverá ser multiplicada por 0,2 e somada com a pontuação final do QDCTS (conforme apresentado no item 3.3.5.3 - Quadro de Avaliação do Trabalho Oferecido ao Sentenciado) multiplicada por 0,8. O valor daí resultante será denominado nota anual referente à assistência ao trabalho (NAAT) e será utilizada para o cálculo do PARÂMETRO ANUAL DE DESEMPENHO, conforme apresentado no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.3.5.3. Quadro de Avaliação do Trabalho Oferecido ao Sentenciado (QDCTS)

O Quadro de avaliação do trabalho oferecido ao sentenciado (QDCTS) será constituído dos seguintes quesitos:

		Conceitos (A)	Pontuação (B)	Pesos (C)	Produto da Pontuação pelos Pesos (B x C)
Capacitação	a. Comportamental			8	
	b. Manual/motora			10	
	c. Intelectual			11	
Conhecimento	d. Geral – inespecífico			6	
	e. Específico			12	
	f. Técnico-científico			14	





Posicionamento referente ao Mercado de trabalho	g. Autonomia econômica			21	
	h. Diferenciação profissional			18	
Total (soma)					
Pontuação final do QDCTS = Média Ponderada = TOTAL/100					

O preenchimento do QDCTS deve se dar por meio da atribuição dos conceitos mencionados neste item 3.3.5.2 considerando-se, de forma geral, o trabalho exercido pelo sentenciado na UNIDADE PENAL com relação aos aspectos assinalados, no quadro, de "a" a "h". Tais aspectos referem-se ao tipo de contribuição que o trabalho executado pelo sentenciado dá ao desenvolvimento de características, habilidades ou aptidões que, futuramente, contribuirão para a reinserção do sentenciado ao mercado de trabalho e/ou à sociedade como uma pessoa economicamente ativa.¹

3.3.6. Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

3.3.6.1. Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

O Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais deverá conter a descrição detalhada das referidas atividades, abrangendo no mínimo os tópicos descritos neste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, a forma como elas serão desenvolvidas,

¹ À guisa de exemplificação, uma atividade em que o sentenciado opera uma máquina de costura, possibilita que, no futuro, ele esteja apto a desenvolver uma atividade de forma autônoma e, por essa razão, ter uma alternativa viável de ocupação frente à dificuldade que enfrentará, quando se tornar egresso, para encontrar um trabalho como empregado. Uma atividade como esta está relacionada ao atributo referente à letra "g" do QDCTS apresentado. Ainda como exemplo pode-se mencionar o contraste entre uma atividade em que o sentenciado apenas tira rebarbas de determinadas peças e outra em que ele opera uma máquina como um torno ou executa trabalhos de marcenaria. No primeiro caso (situação em que trabalharia tirando rebarbas), o sentenciado teria a possibilidade de se desenvolver muito pouco em termos de aprendizado ou de aptidões. No segundo caso, por sua vez, ele desenvolveria sua capacidade manual/motora (item "b" do QDCTS), adquiriria um conhecimento de natureza técnica (item "f" do QDCTS) bem como obteria uma (embora pequena) determinada diferenciação profissional.





uma análise das principais questões a elas referentes bem como um planejamento de metas e a forma como estas serão atingidas.

Deverá ser elaborado e incluso no **Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais** um calendário contendo os horários das atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais oferecidas. A adequação e o conteúdo de tal calendário deverão seguir as orientações da SEDS.

3.3.6.2. Relatório Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

O **Relatório Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais** deverá conter o detalhamento dos serviços prestados no ano relacionados a tais atividades, incluindo uma análise do atingimento das metas delineadas no **Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito referente às **Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais** desenvolvidas, conforme escala a seguir:

- a. Não Atende (NAT);
- b. Atende (AT);
- c. Atende Satisfatoriamente (ATS);
- d. Atende com Excelência (ATEX).

Também deverá figurar no referido relatório uma análise do cumprimento do calendário de atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais apresentado do respectivo **Plano Anual de Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais**.

3.3.7. Assistência à Saúde





3.3.7.1. Plano anual de Assistência à Saúde

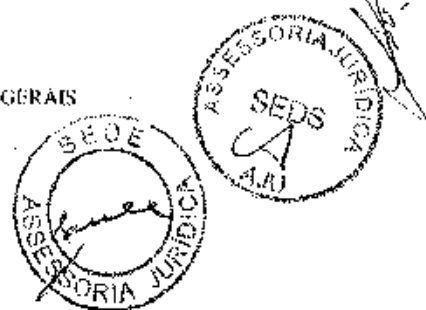
O **Plano Anual de Assistência à Saúde** deverá contemplar descrição detalhada das atividades estabelecidas no item 3.1.4, a forma como serão executadas e a análise crítica dos problemas decorrentes, bem como o estabelecimento de metas e as condições e circunstâncias de cumprimento, observado o disposto na Portaria Interministerial MJ/MS nº 1.777, de 09 de setembro de 2003).

Além de aspectos qualitativos, a descrição das metas deve versar sobre aspectos quantitativos mínimos, incluindo, mas sem se limitar a, as ocorrências de vacinação e submissão a exames clínicos, diminuição de enfermidades e/ou contágios, curas efetivadas, observados os parâmetros mínimos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**.

Deverão ser especificadas metas de atuação da área de saúde, de forma a contemplar a promoção de campanhas de prevenção, incluindo, mas sem se limitar a programas de vacinação, conscientização, distribuição de artigos eficazes na prevenção da transmissão de doenças, e realização de exames clínicos, a promoção da saúde bucal, a promoção da saúde referente a doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde mental, hepatite, tuberculose, hipertensão, diabetes, hanseníase, bem como da assistência farmacêutica básica, imunizações e coleta de material biológico para a realização de exames laboratoriais detectados como necessários.

3.3.7.2. Relatório Anual de Assistência à Saúde

O **Relatório Anual de Assistência à Saúde** deverá conter o detalhamento dos serviços de Assistência à Saúde prestados no ano a que se referir, incluindo uma análise do atingimento das metas apresentadas no **Plano Anual de Assistência à Saúde** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito à Assistência à Saúde prestada, conforme escala a seguir:





- a. Não Atende (NAT);
- b. Atende (AT);
- c. Atende Satisfatoriamente (ATS);
- d. Atende com Excelência (ATEX).

O referido conceito será no máximo igual ao definido pela tabela apresentada a seguir. Tal tabela toma por base a **Avaliação das Metas Básicas de Saúde (AMBS)**, determinada nos termos do **Quadro de Avaliação das Metas Básicas de Saúde**, descrito no item 3.3.7.3 deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.²

O conceito máximo a ser veiculado no **Relatório Anual de Assistência à Saúde** estará, portanto, limitado superiormente pelo apurado a partir da **Avaliação das Metas Básicas de Saúde**, conforme apresentado a seguir:

conceito máximo apresentado no Relatório de Assistência à Saúde	valor atribuído a Avaliação das Metas Básicas de Saúde (AMBS)
Não Atende (NAT)	$AMBS < 0,5$
Atende (AT)	$0,5 \leq AMBS < 0,65$
Atende Satisfatoriamente (ATS)	$0,65 \leq AMBS < 0,75$
Atende com Excelência (ATEX)	$0,75 \leq AMBS$

Apesar desta limitação, o conceito apresentado no **Relatório de Assistência à Saúde** se refere à assistência à saúde como um todo devendo, inclusive, incorporar a avaliação de outras metas – além das contempladas pela **AMBS** – desde que apresentadas no **Plano Anual de Assistência à Saúde** referente ao ano em análise.

3.3.7.3. Metas Básicas de Saúde

² Dessa forma, à guisa de se dirimir possíveis dúvidas, se o valor de **AMBS** for, por exemplo, igual a 0,7, o conceito apresentado no **Relatório Anual de Assistência à Saúde** poderá ser NAT, AT ou ATS.





Cabe à CONTRATADA, ademais das metas apresentadas no **Plano Anual de Assistência à Saúde**, cumprir conjunto de Metas Básicas de Saúde ("MBS"), descritos a seguir, bem como proceder à avaliação formal de desempenho respectivo. Tais metas prevêm o fornecimento de determinados medicamentos bem como a condução de determinados procedimentos referentes a ações de saúde específicas. A fim de se evitar possíveis dúvidas, somente será obrigatório à CONTRATADA o fornecimento dos medicamentos previstos no item 4 ou equivalentes, no caso de sua inexistência ou indisponibilidade, de forma que, quando previsto, em algumas das metas apresentadas neste documento, o fornecimento de medicamento não constante do referido item, é responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento do medicamento à CONTRATADA e, a partir daí, é responsabilidade da CONTRATADA o a administração de tal medicamento ao sentenciado.

O **Relatório Anual de Assistência à Saúde** deve contemplar o **Quadro de Avaliação das Metas Básicas de Saúde**, hábil a veicular o conceito atribuído a cada uma das **Metas Básicas de Saúde**, conforme o disposto nos item 3.3.7.3.1 e seus sub-itens.

3.3.7.3.1. Conceitos a serem atribuídos às metas

3.3.7.3.1.1. Conceito Indicativo de Cumprimento da Meta

As metas descritas nos itens 3.3.7.3.10, 3.3.7.3.12, 3.3.7.3.13 e 3.3.7.3.18 a 3.3.7.3.22 serão atribuídos um dos seguintes conceitos:

Meta Não Atingida (NATG);

Meta Atingida (ATG);

Meta Atingida com Distinção (ATGD);

Meta Atingida com Excelência (ATGE).





Esta atribuição de conceitos determinará uma pontuação que seguirá a seguinte tabela:

Conceito	Pontuação
NATG	0
ATG	0,5
ATGD	0,7
ATGE	1,0

3.3.7.3.1.2. Conceito Indicativo de Qualidade Quanto aos Alcance dos Objetivos

As metas descritas nos itens 3.3.7.3.2 a 3.3.7.3.9, 3.3.7.3.11, 3.3.7.3.14 a 3.3.7.3.16, 3.3.7.3.17 e 3.3.7.3.19 serão atribuídos um dos seguintes conceitos:

Meta Não Atingida (NATG);

Meta Atingida (ATG).

Esta atribuição de conceitos determinará uma pontuação que seguirá a seguinte tabela:

Conceito	Pontuação
NATG	0,0
ATG	1,0

3.3.7.3.2. Controle de Tuberculose 1 (CT1)

Busca de casos de tuberculose (identificar o sintomático respiratório (SR); examinar com baciloscopia o sintomático respiratório (SR); registrar os casos novos descobertos;

3.3.7.3.3. Controle de Tuberculose 2 (CT2)

Tratamento (iniciar tratamento de forma supervisionada diária para todos casos diagnosticados; oferecer sorologia anti-HIV para todos os casos diagnosticados; acompanhar mensalmente o





tratamento por meio de consulta médica ou de enfermagem, bem como realizar baciloscopia de controle para os casos inicialmente positivos).

3.3.7.3.4. Controle de Tuberculose 3 (CT3)

Proteção dos sadios (examinar contactantes; realizar PPD quando indicado; realizar RX quando indicado; fazer quimioprofilaxia quando indicado; desenvolver ações educativas).

Atingir a cura de pelo menos 85% dos casos novos descobertos.

3.3.7.3.5. Controle de hipertensão e diabetes (HD)

Promover ações e assistência à saúde visando ao acompanhamento clínico e a adoção de hábitos saudáveis de vida (cessação do hábito de fumar, diminuição do estresse, combate ao sedentarismo e ao alcoolismo).

Cadastramento de 100% dos portadores de hipertensão arterial e de diabetes mellitus, garantindo acompanhamento clínico e tratamento para 100% dos casos.

3.3.7.3.6. Dermatologia sanitária – hanseníase 1 (DSH1)

Promover a busca ativa de casos (identificação de sintomático dermatológico).

3.3.7.3.7. Dermatologia sanitária – hanseníase 2 (DSH2)

Diagnóstico clínico (exame de sintomáticos dermatológicos para diagnóstico de hanseníase ou outras dermatoses de interesse sanitário; coleta de material para baciloscopia direta, para pesquisa





de Baar; encaminhamento, para centro de referência, de casos que necessitem esclarecimento diagnóstico).

3.3.7.3.8.Dermatologia sanitária – hanseníase 3 (DSH3)

Proporcionar o cadastramento dos portadores e o registro dos dados de acompanhamento de casos de hanseníase.

3.3.7.3.9.Dermatologia sanitária – hanseníase 4 (DSH4)

Promover o tratamento Supervisionado dos casos de hanseníase (consulta mensal para a dose supervisionada, avaliação dermatoneurológica, dispensa de medicação, curativos, atendimento de intercorrências, aplicação de técnicas simplificadas de prevenção e tratamento de incapacidades físicas encaminhamento do paciente sempre que for necessário para atendimento de maior complexidade).

Atingir a cura de 100 % dos casos em tratamento.

3.3.7.3.10.Dermatologia sanitária – hanseníase 5 (DSH5)

Promover o tratamento de outras dermatoses (dispensa de medicação ou realização de outros procedimentos adequados conforme o caso; realização de medidas preventivas).

Tratamento de 100 % dos casos de hanseníase e outras dermatoses;

3.3.7.3.11.Dermatologia sanitária – hanseníase 6 (DSH6)





Realização de exame de comunicantes do caso de hanseníase (notificação do caso e informação ao município de residência para realização de exame de comunicantes dos familiares do caso, pelo Pacs/PSF, rotina de busca de sintomáticos dermatológicos no presídio).

3.3.7.3.12. Saúde Bucal1 (SB1)

Promoção da saúde bucal dos sentenciados contemplando:

- Orientação sobre higiene bucal e auto-exame da boca;
- Consulta odontológica – 1º consulta;
- Aplicação terapêutica intensiva com flúor – por sessão;
- Controle de placa bacteriana;
- Escariação (por dente);
- Raspagem, alisamento e polimento - RAP (por hemi-arcada);
- Curetagem supragengival e polimento dentário (por hemi-arcada);
- Selamento de cavidade com cimento provisório (por dente);
- Capeamento pulpar direto em dente permanente;
- Pulpotomia ou necropulpectomia em dente permanente;
- Restauração em dentes permanentes;
- Exodontia de dente permanente;
- Remoção de resto radicular;
- Tratamento de alveolite;
- Tratamento de hemorragia ou pequenos procedimentos de urgência.

3.3.7.3.13. Saúde Bucal2 (SB2)





Esclarecer e orientar a população carcerária sobre os auto-cuidados em higiene bucal e sobre a importância do auto-exame da boca como medida preventiva e de diagnóstico precoce do câncer bucal.

3.3.7.3.14.Doenças Sexualmente Transmissíveis 1 (DST1)

Distribuir preservativos a 100% dos sentenciados.

3.3.7.3.15.Doenças Sexualmente Transmissíveis 2 (DST2)

Realizar diagnóstico, aconselhamento e tratamento em DST/ HIV/AIDS, executando:

- Ações de coleta para o diagnóstico do HIV;
- Elaboração de material educativo e instrucional;
- Ações de diagnóstico e tratamento das DST segundo a estratégia de abordagem síndrômica;
- Ações de vigilância de AIDS, HIV e DST.

3.3.7.3.16.Doenças Sexualmente Transmissíveis 3 (DST3)

Fornecer medicamentos específicos para a AIDS e outras DST.

3.3.7.3.17.Saúde mental (SM)

Promover a saúde mental através de:

- ações de prevenção dos agravos psicossociais decorrentes do confinamento;





atenção às situações de grave prejuízo à saúde decorrente do uso de álcool e drogas, na perspectiva da redução de danos.

3.3.7.3.18. Protocolo Mínimo (PM)

Executar protocolo mínimo para o diagnóstico de saúde e o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos por ocasião do ingresso do sentenciado no Sistema:

- aconselhamento em HIV/DST/AIDS e hepatites;
- diagnóstico de hipertensão arterial;
- diagnóstico de diabetes;
- identificação de sintomáticos dermatológicos;
- identificação de sintomáticos respiratórios;
- avaliação e orientação para o planejamento familiar;
- imunização contra hepatite B.

3.3.7.3.19. Exames laboratoriais (EL)

Garantir a coleta para os exames laboratoriais recomendados pela equipe médica.

3.3.7.3.20. Orientação de Familiares (OF)

Estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil para orientação em saúde dos familiares dos sentenciados.

3.3.7.3.21. Plano de Capacitação da Equipe de Saúde (PCES)

Manter de um plano de capacitação e educação permanente da equipe de saúde.





3.3.7.3.22. Aquisição e Controle de Medicamentos (ACMED)

Garantir o fornecimento de 100% do elenco de medicamentos definido por unidade prisional, de forma contínua, regular e oportuna.

3.3.7.4. Avaliação das Metas Básicas de Saúde (AMBS)

A Avaliação das Metas Básicas de Saúde proceder-se-á por meio do cálculo da variável AMBS. O valor de tal variável será igual à média ponderada das variáveis conforme a tabela apresentada a seguir:

Variável	Peso
CT1	1/3
CT2	1/3
CT3	1/3
HD	1
DSH1	1/6
DSH2	1/6
DSH3	1/6
DSH4	1/6
DSH5	1/6
DSH6	1/6
SB1	1/2
SB2	1/2
DST1	1/3
DST2	1/3
DST3	1/3
SM	1
PM	1

3.3.8. Assistência Material



3.3.8.1. Plano Anual de Assistência Material

O **Plano Anual de Assistência Material** deverá contemplar descrição detalhada das atividades estabelecidas no item 3.1.6, a forma como serão executadas e a análise crítica dos problemas decorrentes, bem como o estabelecimento de metas e as condições e circunstâncias de cumprimento.

Além de aspectos qualitativos, a descrição das metas deve versar sobre aspectos quantitativos mínimos, desde que observados os parâmetros mínimos estabelecidos neste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

3.3.8.2. Relatório Anual de Assistência Material

O **Relatório Anual de Assistência Material** deverá conter o detalhamento dos serviços de Assistência Material prestados no ano a que se referir, incluindo uma análise do atingimento das metas apresentadas no **Plano Anual de Assistência Material** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito à Assistência Material prestada, conforme escala a seguir:

- a. Não Atende (NAT);
- b. Atende (AT);
- c. Atende Satisfatoriamente (ATS);
- d. Atende com Excelência (ATEX).

O referido conceito será atribuído conforme a metodologia apresentada abaixo.

3.3.8.3. Conceitos a serem atribuídos à assistência material





O conceito deverá ser atribuído a partir de 02 (duas) variáveis, CAM1, referente à assistência material aos sentenciados e CAM2, referente à assistência material aos agentes e servidores da CONTRATANTE.

Os pontos a serem atribuídos às variáveis CAM1 e CAM2 deverão ser determinados conforme o seguinte critério de avaliação:

Conceito	Pontuação
Cumprimento abaixo do esperado	0
Cumprimento esperado	0,5
Cumprimento acima do esperado	0,75
Cumprimento acima do esperado com excelência	1,0

O conceito referente ao cumprimento das atividades de assistência material será então determinado consoante a tabela abaixo, onde A é dada pela fórmula:

$$A = [(2 * CAM1) + CAM2]/3$$

Conceito	Valor atribuído a A
Não Atende (NAT)	$A < 0,4$
Atende (AT)	$0,4 \leq A < 0,65$
Atende Satisfatoriamente (ATS)	$0,65 \leq A < 0,85$
Atende com Excelência (ATEX)	$0,85 \leq A$

3.3.9. Manutenção e atualização da infra-estrutura

3.3.9.1. Plano Anual de Manutenção e Atualização da Infra-estrutura

O Plano Anual de Manutenção e Atualização da Infra-estrutura deverá contemplar a descrição detalhada das atividades e atribuições estabelecidas no item 3.2.2.4, a forma como serão





executadas e a análise crítica das questões mais relevantes, bem como o estabelecimento de metas e as condições e circunstâncias de cumprimento.

Além de aspectos qualitativos, a descrição das metas deve versar sobre aspectos quantitativos mínimos, observados os parâmetros mínimos estabelecidos neste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

3.3.9.2. Relatório Anual de Manutenção e Atualização de Infra-estrutura

O **Relatório Anual de Manutenção e Atualização de Infra-estrutura** deverá conter o detalhamento de todas as atividades e serviços referentes à manutenção e atualização da infra-estrutura efetuados no ano a que se referir incluindo a análise do cumprimento das metas que haviam sido delineadas no **Plano Anual de Manutenção e Atualização de Infra-estrutura** correspondente e, ao final, a atribuição de um conceito às atividades e serviços prestados, conforme escala a seguir:

- i. Não Atende ("NAT");
- j. Atende ("AT");
- k. Atende Satisfatoriamente ("ATS");
- l. Atende com Excelência ("ATEX").

3.4. Estrutura de Funcionamento

A estrutura organizacional do COMPLEXO PENAL baseia-se numa divisão de tarefas e responsabilidades entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. Esta divisão de competências verifica-se pela existência de 01 (um) DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e de 01 (um) DIRETOR PRIVADO DO COMPLEXO PENAL,





interagindo conforme as respectivas atribuições e responsabilidades, nos termos deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

Ambos os diretores se reportarão à SEDS e a um CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL, nos termos legais, regulamentares e deste CADERNO DE ENCARGOS.

Além do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, há também um SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA em cada UNIDADE PENAL, sendo que estes serão nomeados e subordinados àquele.

Os cargos de DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e de SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA de cada UNIDADE PENAL serão cargos em comissão de recrutamento amplo da Estrutura de Cargos do Governo do Estado de Minas Gerais.

3.4.1. Do DIRETOR PÚBLICO do COMPLEXO PENAL

Compete ao DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL por meio dos SUBDIRETORES PÚBLICOS DE SEGURANÇA de cada UNIDADE PENAL:

- promover a execução penal dos sentenciados, em estreita observância às disposições legais e regulamentares, dando cumprimento adequado e tempestivo às determinações judiciais pertinentes;
- promover, em caráter subsidiário e não conflitante em relação às atribuições da CONTRATADA, medidas de segurança e tratamento para a recuperação social dos sentenciados e para a manutenção e melhoria das condições de custódia, zelando pela integridade física e moral dos sentenciados;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- em caso de risco iminente à segurança do COMPLEXO PENAL ou de uma ou mais UNIDADES PENAIS:
 - a) comunicar imediatamente o parceiro privado;
 - b) assumir o controle decisório, estratégico e operacional de todas as funções de direção da UNIDADE PENAL;
 - c) autorizar, caso julgue necessária, a entrada de força pública externa.
- Para fins deste dispositivo, entende-se por **controle estratégico** a prerrogativa de direção e orientação dos serviços e/ou atividades, e **controle operacional** a competência de gestão do funcionamento dos serviços e/ou atividades em seus aspectos de regulação e otimização.
- encaminhar ao CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL, com cópia à SEDS, em até 05 (cinco) dias após a ocorrência, relatório detalhado sobre as medidas adotadas;
- promover a aplicação de sanções e penalidades aos sentenciados, consoante sua competência e determinações do CONDISC, em estreita observância ao REDIPRI e demais normas legais e regulamentares pertinentes;
- prestar e encaminhar, por intermédio da SEDS, as informações e documentos que forem solicitados pelo Poder Judiciário, tribunais, CONPEN e por entidades e órgãos públicos, referentemente ao estabelecimento penitenciário e seus respectivos sentenciados;
- autorizar a emissão de carteiras de visitas e autorizações para visitação de familiares e outros afins;
- autorizar a alocação dos sentenciados nos postos de trabalho;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- autorizar todo e qualquer remanejamento e movimentação de sentenciados bem como a movimentação interna e externa à **UNIDADE PENAL** e/ou **COMPLEXO PENAL**, em qualquer hipótese ou sob qualquer condição;
- promover a comunicação tempestiva à **SEDS** de todas as ocorrências relevantes no estabelecimento, para as providências necessárias;
- fiscalizar a execução dos serviços de proteção ao patrimônio público do Estado, sejam eles móveis ou imóveis, incluindo a área contínua a edificação;
- executar as atividades de inteligência penitenciária, incluindo, mas sem se limitar ao monitoramento do clima da **UNIDADE PENAL** e de anormalidades ocorridas nas diversas áreas;
- atuar preventivamente, de forma a garantir a segurança e estabilidade do clima organizacional da **UNIDADE PENAL**;
- aplicar, em conjunto com a equipe de Segurança, ações de intervenção e técnicas de inteligência clássica e policial na identificação de situações que comprometam a segurança e a ordem da **UNIDADE PENAL** e do **COMPLEXO PENAL**;
- orientar, fiscalizar e controlar as atividades e procedimentos desenvolvidos pela **CONTRATADA**, para a execução do monitoramento interno, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes;
- intervir, através do **GERENTE DE MONITORAMENTO** da **CONTRATADA**, nas atividades e procedimentos de monitoramento por esta desempenhadas;





- auxiliar no planejamento dos serviços de monitoramento de responsabilidade da CONTRATADA;
- participar da elaboração e desenvolvimento de cursos para os Agentes de Monitoramento internos da CONTRATADA.

3.4.2. GERENTE DE MONITORAMENTO DA CONTRATADA

A CONTRATADA apresentará, para aprovação prévia da CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias antes do início da execução dos serviços, um representante para atuar em cada UNIDADE PENAL como GERENTE DE MONITORAMENTO DA CONTRATADA, competente para responder diariamente e em regime de tempo integral no que concerne às atribuições da CONTRATADA quanto ao monitoramento interno de cada UNIDADE PENAL.

Quando da substituição do GERENTE DE MONITORAMENTO DA CONTRATADA, a aprovação pela SEDS do novo ocupante do cargo deverá ocorrer em até 10 (dez) dias antes o início de sua atividade nesta função.

3.4.3. O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL

O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL será formado por:

- Um representante da Ouvidoria Geral do Estado;
- Um representante da Defensoria Pública;
- Um representante do Conselho Penitenciário;
- Um representante do Conselho de Criminologia e Política Criminal;
- Um representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos;





- Um representante da CONTRATADA;
- Um representante da SEDS, o qual presidirá o Conselho.

A atuação do CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL não se confundirá e não prejudicará a atuação de qualquer outro conselho ou órgão relacionado à execução penal no Estado de Minas Gerais, sendo que suas funções estão limitadas aos termos deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL receberá e analisará os documentos fornecidos pela CONTRATADA, bem como emitirá formalmente seu parecer, incluindo comentários e sugestões, dentro dos prazos estabelecidos.

O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL, juntamente com a SEDS, solicitará e receberá de forma tempestiva informações sobre os fatos e acontecimentos relevantes referentes ao COMPLEXO PENAL.

Não cabe ao CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL qualquer caráter ou função deliberativa, cabendo-lhe, apenas, funções de caráter consultivo. Desta forma as avaliações e manifestações do CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL previstas e/ou descritas neste CADERNO DE ENCARGOS referem-se a pareceres não vinculativos emitidos por este.

O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL se reunirá no mínimo uma vez a cada trimestre e registrará em ata todas suas reuniões e atos.

No caso de o CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL não tiver sido formalmente convocado pelo seu presidente em até 7 (sete) dias de antecedência do prazo final para alguma de suas deliberações, qualquer membro do conselho poderá, através de comunicação formal a todos





os outros membros, convocar e presidir a reunião do CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL única e exclusivamente para deliberação tomada na assembléia cujo prazo não foi respeitado.

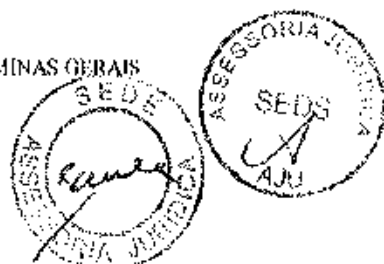
O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL participará, nos termos deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, da escolha do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA do COMPLEXO PENAL.

O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL disporá de poder regulamentar, nos estritos limites impostos pelas disposições do CONTRATO e seus anexos, e se manifestará exclusivamente pela edição de enunciados. Tais enunciados, de iniciativa exclusiva do presidente do conselho, e aprovados por maioria simples do CONSELHO, terão o objetivo de esclarecer conceitos e institutos deste contrato que se mostrem controversos no curso de sua execução. A emissão dos referidos enunciados não poderá, em nenhuma hipótese, implicar em alguma obrigação que não esteja expressamente descrita no CONTRATO.

3.4.4. Da Escolha e da Nomeação do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA do COMPLEXO PENAL

A escolha e a nomeação do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL ocorrerá no mínimo uma vez a cada quatro anos, com a possibilidade de recondução do mesmo diretor às funções, devendo obedecer o seguinte procedimento, composto de três etapas:

- Primeira etapa: a CONTRATADA fornecerá ao CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL, em até 15 (quinze) dias após solicitação formal da SEDS, uma lista contendo 5 nomes para a escolha do ocupante do cargo de DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL;





- o A Secretaria de Estado de Defesa Social poderá, caso entenda oportuno e conveniente, definir as qualificações mínimas dos profissionais que comporão a lista elaborada pela CONTRATADA;
 - o A definição das qualificações mínimas poderá referir-se à experiência mínima em atividades de gestão penitenciária ou a realização de determinados cursos em áreas relacionadas à gestão penitenciária.
- Segunda etapa: O CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL retirará da lista fornecida pela CONTRATADA dois nomes e encaminhará à SEDS, em até 15 (quinze) dias após a solicitação formal desta, uma lista contendo os três nomes restantes. Tal escolha efetuada pelo CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL deverá se dar por meio de maioria obtida em votação em que cada membro do Conselho tenha direito a um voto. Ao presidente do CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL caberá, além de seu voto, o exercício do voto de desempate, caso necessário;
 - Terceira etapa: a SEDS escolherá dentre os três nomes fornecidos pelo CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL, um nome para a ocupação do cargo de DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e o nomeará em até 60 (sessenta) dias após a entrega pelo CONSELHO CONSULTIVO DO COMPLEXO PENAL à SEDS da lista tríplice mencionada imediatamente acima.

4. ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

4.1 Composição do Cardápio de Referência

ALMOÇO

ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO
----------------------	-------------------





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

SALADA	2 COMPONENTES
PRATO PRINCIPAL	1 TIPO
ARROZ	1 TIPO
FEIJÃO	1 TIPO (vide tabela)
GUARNIÇÃO	1 TIPO
SOBREMESA	1 TIPO

JANTAR

ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO
SALADA	2 COMPONENTES
PRATO PRINCIPAL	1 TIPO
ARROZ	1 TIPO
FEIJÃO	1 TIPO (vide tabela)
GUARNIÇÃO	1 TIPO

DESJEJUM

ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO
PÃO	SAL
MARGARINA	VEGETAL
BEBIDAS	CAFÉ
	LEITE

LANCHE DA TARDE

ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO
PÃO	SAL
MARGARINA	VEGETAL
BEBIDAS	CAFÉ
	LEITE

LANCHE PLANTÃO NOTURNO





ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO
PÃO	SAL
MARGARINA	VEGETAL
BEBIDAS	CAFÉ
	LEITE

GRAMAGENS E INCIDÊNCIAS

DESJEJUM

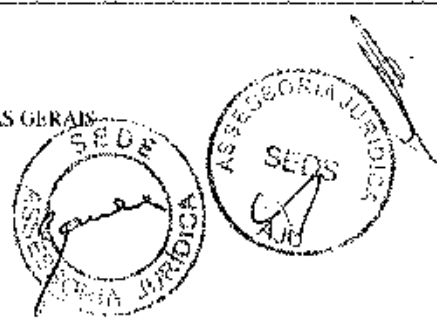
DENOMINAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE
PÃO DE SAL	30	50 g
MARGARINA	30	10 g
CAFÉ	30	200 ml
LEITE	30	200 ml

LANCHE DA TARDE

DENOMINAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE
PÃO DE SAL	30	50 g
MARGARINA	30	10 g
CAFÉ	30	200 ml
LEITE	30	200 ml

LANCHE PLANTÃO NOTURNO

DENOMINAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE
PÃO DE SAL	30	50 g
MARGARINA	30	10 g





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

CAFÉ	30	200 ml
LEITE	30	200 ml

Obs.: o leite fornecido deverá ser do tipo C, homogeneizado e servido em embalagens industrializadas individuais de 200 ml.

PRATO PRINCIPAL

DENOMINAÇÃO	TIPO DE CARNE	TIPO DE CORTE	PREPARAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	INCIDÊNCIA	PER CAPITA FINAL (COCCIONADO)
CARNE BOVINA	Miolo de pa	Bife	Grelhado	Acebolado	04	0,110 kg
				Molho		0,110 kg
				Pizzaiole		0,110 kg
				Bife de Palma		0,110 kg
				Milanesa		0,110 kg
	Músculo	Picado cubo	Cozido refogado	Isca	04	
	Acém			Picadinho		0,140 kg
	Fraldinha			Cubo		0,140 kg
				Rolê		0,140 kg
				Panela		0,140 kg
CARNE	Chã de fora	Inteira	Assado	Molho	01	0,140 kg
	Costela	S/osso	-----	Molho/Frita	01	0,150 kg/0,250 kg
	Cupim	Inteiro	Assado	Molho	01	0,150 kg
	Copa lombo	Bife	Grelhado	Molho	02	0,110 kg
		Isca	Cozido	Isca cubo		





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

SUÍNA	Pertences p/ Feijoada	-----	Feijoada	Orelha	02	0,190 kg
				Pé		
				Paio		
				Charque		
				Bacon		
				Carne Suína		
	Pernil	Inteiro Picado	Assado Grelhado	Molho	01	0,120 kg
AVES	Frango: coxa e Sobrecoxa	Fracionada c/osso	Cozido	Isclas cubo	03	0,310 kg
			Frito			0,200 kg
			Assado			0,200 kg
	Filé de peito	Sassami	Grelhado	Bife	03	0,140 kg
			Isca	Milanesa		0,220 kg
				Strogonof		
				Molho		
				Espetinho		
				Acebolado		
OVO	Inteiro	Inteiro	Assado	Omelete	03	0,100 kg
			Cozido	Panqueca recheada: (presunto ou tomate ou queijo ou carne moída)		
				Mexido		
			Frito			
	Lingüiça toscana	Gomos	Assada/	Acebolada	04	0,120 kg
	Hambúrgue	-----	Frito	-----		





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

EMBUTIDOS	Steak	----	----		
	Almôndega	----	----		
PEIXES	Filé de Merluza	Filé	Frito	01	0,100 kg

SALADA

DENOMINAÇÃO	PREPARAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE DOS DOIS COMPONENTES
FOBOLHOS (de época) variados	Cru/Cozidos	30	0,090 kg
LEGUMES (de época) Variados	Cru		
	Cozido		

GUARNIÇÃO

DENOMINAÇÃO	TIPO	PREPARAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE DA PREPARAÇÃO COCCIONADA
MASSAS		Macarrão	08	0,120 kg
		Lasanha		
		Torta		
DIVERSOS		Feculentos		0,120 kg
		Verdura refogada		0,120 kg
		Legumes		0,120 kg
FARINÁCEOS		Bolinho	08	0,100 kg
		Angu/polenta		0,120 kg
		Farofa		0,120 kg
		Virado		0,120 kg





GRAMAGENS E INCIDÊNCIAS

ARROZ





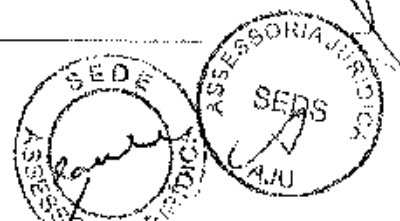
DENOMINAÇÃO	TIPO	PREPARAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE DA PREPARAÇÃO COCCIONADA
ARROZ	Aguilhina Tipo 1	Simples	26	0,350 kg
		Composto	04	0,350 kg

FEIJÃO

DENOMINAÇÃO	TIPO	PREPARAÇÃO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE DA PREPARAÇÃO COCCIONADA
FEIJÃO	Carioquinha	Simples	26	0,230 kg
		Tropeiro		
		Tutu		
	Preto	Composto	04	0,230 kg

SOBREMESA

DENOMINAÇÃO	TIPO	INCIDÊNCIA	QUANTIDADE
FRUTA DA ÉPOCA	Banana	04	1 Unidade
	Laranja		
	Mamão Papaia		
	Mexerica		
	Maça		
	Salada de frutas	01	0,080 kg
DOCE	Bananada	20	Porção de 0,030 kg
	Goiabada		
	Goma do tipo Geléia		
	Crocante		
	Pé de moleque		
	Paçoca		
	Doce em pasta		
	Crems Gelatinas Arroz doce Pudins	05	0,080 kg





OBS.: A sobremesa será servida apenas no almoço em embalagens individuais específicas.

. Não exceder a quantidade de 5% de óleo nas elaborações das preparações.

Especificação de itens para Entrada:

A Confeção da salada deve acompanhar a técnica dietética de aceitação da unidade penal.

"Folhosos":

Acelga

Agrião

Alface Crespa

Alface Lisa

Almeirão

Chicória Crespa

Chicória Lisa

Couve

Espinafre

Mostarda

Repolho Híbrido

Repolho Roxo

Rúcula

Salsão

Serralha

Taioba

"Legumes":

Abóbora Jacarezinho





Abóbora Jerimum
Abóbora Moranga
Abobrinha Italiana
Abobrinha Marimba
Abobrinha Menina
Batata Inglesa
Batata Doce
Berinjela
Beterraba
Brócolos
Cará
Cenoura
Chuchu
Couve-flor
Ervilha
Inhame
Jiló
Mandioquinha
Moranga Comum
Moranga Híbrida
Nabo
Pepino
Quiabo
Rabanete
Tomate
Vagem Macarrão
Vagem Manteiga

4.2. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DE REFERÊNCIA





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DENOMINAÇÃO GENÉRICA)
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT COM 100
2	ÁCIDO ACÉTICO
3	ÁGUA BIDESTILADA
4	ÁGUA OXIGENADA 10V 1000 ML
5	AGULHA DESC. 25X8MM (CX COM 100)
6	AGULHA DESC. 30X8MM (CX COM 100)
7	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12
8	AGULHA PARA SUTURA No. 4
9	ÁLCOOL 70% GEL FRS 1000 ML
10	ÁLCOOL IODADO 2% FRS 1000 ML
11	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 MG
12	ALMOTOLIA COR ÂMBAR 250 ML
13	ATADURA CREPON 10 CM X 4,5M PCT C/ 12
14	ATADURA CREPON 15 CM X 4,5M PCT C/ 12
15	ATADURA CREPON 20 CM X 4,5M PCT C/ 12
16	ATADURA CREPON 30 CM X 4,5M PCT C/ 12
17	BICARBONATO DE SÓDIO 100G
18	BOLSA DE BORRACHA PARA ÁGUA QUENTE No. 3
19	BOLSA DE COLOSTOMIA
20	BOLSA DE GELO
21	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFURO CORTANTE CAP. 13 LT.
22	CAMPO CIRÚRGICO DESCT. 45 X 50 C/ 05 ESTÉRIL
23	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO (GELCO) No. 14
24	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO (GELCO) No. 16
25	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO (GELCO) No. 18
26	CATETER TIPO ÓCULOS P/ OXIGÊNIO CX. C/ 20
27	COLETOR DE URINA EM SISTEMA FECHADO
28	COLETOR UNIVERSAL ADULTO PCT C/ 100 (PARA FEZES, URINA) 80 ml





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DENOMINAÇÃO GENÉRICA)
29	COMPRESSA DE GASE CIRÚRGICA ESTÉRIL No. 04 PCT C/ 05
30	COMPRESSA DE GASE CIRURGICA No. 04 PCT C/500 9FIOS
31	CONEXÃO PARA TUBO ENDOTRAQUIAIS No. 8
32	DESINCROSTANTE ENZIMÁTICO 3,8 LITRO
33	EQUIPO COM INJETOR LATERAL EQUIPO P/ SORO C/ PINÇA ROLETE E INJETOR LATERAL MACRO GOTAS
34	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M
35	FIO DE SUTURA AGULHADO No. 2
36	FIO DE SUTURA AGULHADO No. 3
37	FIO DE SUTURA AGULHADO No. 5
38	FITA MICROPOROSA 25 X 10
39	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19MM X 30
40	FRALDA DESC. PARA ADULTOS C/ 10
41	GARROTE DE LÁTEX 3MM No. 200
42	GESSO ORTOPÉDICO CX C/ 20 20 CM (ATADURA GESSADA)
43	GLICERINA FRS 100 ML
44	GLUTATALDEIDO 2% 01 lt
45	HASTE FLEXÍVEL C/ 75 UND
46	LÂMINA DE BISTURI No. 11 C/ 100
47	LÂMINA DE BISTURI No. 15 C/ 100
48	LÂMINA DE BISTURI No. 20 C/ 100
49	LÂMINAS DE LARINGOSCÓPIO CURVO ADULTO
50	LÂMINAS DE LARINGOSCÓPIO RETA ADULTO
51	LÁTEX PARA OXIGÊNIO (BORRACHA SILICONADA No. 201
52	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA No. 7,0
53	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA No. 7,5
54	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA No. 8,0





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DENOMINAÇÃO GENÉRICA)
55	LUVA CIRÚRGICA ESTERILIZADA No. 6,5
56	LUVA DE PROCEDIMENTO CX COM 100 EXTRA PEQUENA
57	LUVA DE PROCEDIMENTO CX COM 100 EXTRA GRANDE
58	LUVA DE PROCEDIMENTO CX COM 100 MÉDIA
59	LUVA DE PROCEDIMENTO CX COM 100 PEQUENA
60	MASCARA CIRÚRGICA DESC.
61	MASCARA PLÁSTICA P/ MICRO NEBULIZAÇÃO ADULTO CX C/ 50
62	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CIRÚRGICA
63	PASTILHA DE FORMOL 50 G
64	PAPEL CREPADO
65	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG CARTELA COM 100
66	RECIPIENTE PARA URINA ESTERILIZADO 80 ML
67	SABONETE LÍQUIDO TRICLOSANO GL 05 LT
68	SACO PARA LIXO SÉPTICO BRANCO LEITOSO 100 LTS
69	SACO P/ LIXO SÉPTICO BRANCO LEITOSO 20 LTS
70	SCALP 19
71	SCALP 21
72	SCALP 23
73	SERINGA DESC. SEM AGULHA 10 ML
74	SERINGA DESC. SEM AGULHA 3 ML
75	SERINGA DESC. SEM AGULHA 5 ML
76	SERINGA DESC. DE INSULINA UI 100 C/ AGULHA
77	SERINGA DESC. SEM AGULHA 20 ML
78	SOL. AQUOSA DE PVPI 10% (1% DE IODO ATIVO) FRS 1.000 ML
79	SOL. DEGERMANTE DE PVPI





ITEM	ESPECIFICAÇÃO (DENOMINAÇÃO GENÉRICA)
80	SOLUÇÃO DE SHILLER
81	SOLUÇÃO DEGERMANTE DE PVPI
82	SONDA FOLEY 16 2 VIAS C/ BALÃO
83	SONDA FOLEY 18 2 VIAS C/ BALÃO
84	SONDA NASOGÁSTRICA 16
85	SONDA NASOGÁSTRICA 18
86	SONDA NASOGÁSTRICA 20
87	SONDA VESICAL DE 12
88	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRS 500 ML NÃO ESTÉRIL
89	TERMÔMETRO CLÍNICO
90	TERMÔMETRO P/ ESTUFA
91	TIRAS REAGENTES aparelho advantage II
92	TIRAS REAGENTES aparelho stater prestige iq
93	TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL PCT C/ 100
94	VASELINA LIQ. FRS 100 ML
95	VASELINA SÓLIDA
96	VIOLETA GENCIANA SOL. A 1% FRS DE 20 ML

4.3. MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO DE REFERÊNCIA

ITEM	MATERIAL
1	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL LIQ. 120 ml
2	ACRÍLICO AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ 80 g
3	AGULHA GENGIVAL CURTA DESC. CX C/ 100 30G
4	AGULHA GENGIVAL LONGA DESC. CX C/ 100 30G
5	ALGODÃO ROLETES
6	AMALGAMA EM CAPSULA 1 PORÇÃO
7	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

	2% COM VASOCONSTRITOR (EPINEFRINA)1:1000 CX C/ 50 TB
8	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRITOR CX C/ 50TB 1,8 ml
9	ANESTÉSICO TÓPICO GEL BENZOCAÍNA 20%
10	APLICADOR DESC. DE MATERIAIS
11	BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO
12	BROCA CARBYDE PM CORTA OSSO REF.HP703 JET
13	BROCA CIRÚRGICA TIPO ZEKRYA
14	BROCA FG CARBYDE Nº 557
15	BROCAS CARBYDE Nº 02
16	BROCAS CARBYDE Nº 06
17	BROCAS CARBYDE Nº 1/2
18	BROCAS CARBYDE Nº 34
19	BROCAS CARBYDE Nº 558
20	BROCAS CARBYDE Nº 699
21	BROCAS CARBYDE Nº 700
22	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011
23	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014
24	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1019
25	BROCAS DIAMANTADAS Nº 2094
26	BROCAS DIAMANTADAS Nº 245
27	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3101
28	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3139
29	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195FF
30	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3216
31	BROCAS DIAMANTADAS Nº 4124
32	BROCAS DIAMANTADAS Nº 4138
33	CAMPO CIRÚRGICO ODONTOLÓGICO
34	CARTÃO P/ RADIOGRAFIA DENTÁRIAS C/ 1 FURO PCT COM 100
35	CARTÃO P/RAD. DENTÁRIAS C/ 2 FUIROS PCT COM 100
36	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO-ÓXIDO DE ZINCO E





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

	EUGENOL LÍQUIDO
37	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO-[ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL PÓ
38	CONDICIONADOR DE DENTINA-ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% EM SERINGA
39	CONDICIONADOR DE DENTINA-ÁCIDO POLIACRÍLICO 25%
40	ESCOVA DE ROBSON P/ CONTRA ÂNGULO
41	ESCOVA P/ LIMPEZA DE BROCAS
42	ESPELHO CLÍNICO BUCAL ESTERELIZÁVEL
43	EXTIRPA NERVO CURTO FINE AZUL
44	EXTIRPA NERVO CURTO VERMELHO
45	FIBRINA DE PLASMA DE SANGUE BOVINO CX C/ 40 um
46	FILME P/RAIO X ODONTOLÓGICO ADULTO CX C/ 150
47	FIO DENTAL ROLO COM 100 M
48	FIO DE SEDA PARA SUTURA GULHADO N° 4 AGULHADO
49	FITA DE AÇO P/ MATRIZ 0,5 MM
50	FITA DE AÇO P/ MATRIZ 0,7 MM
51	FITA PARA AUTOCLAVE 19MMX30MT
52	FIXADOR PARA RAO X 475ML
53	FLUOR GEL TÓPICO ACIDULADO DK200ML
54	FUCCINA BÁSICA 0,5% 500ML
55	GRAMPO P/ REVELAÇÃO DE RAO X
56	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA ODONTOLÓGICO N°207
57	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA ODONTOLÓGICO N°208
58	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA ODONTOLÓGICO N°26
59	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA ODONTOLÓGICO N°201
60	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

	ODONTOLÓGICO Nºw8a
61	GRAMPO PARA DIQUE DE BORRACHA ODONTOLÓGICO Nº211
62	GUTA PERCHA EM BASTÃO CX C/ 40 60G
63	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A 10G
64	HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%
65	IONÔMERO DE VIDRO P/ CIMENTAÇÃO 10G 8ML
66	IONÔMERO DE VIDRO P/ RESTAURAÇÃO
67	KIT SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL
68	LENÇOL DE BORRACHA P/ DIQUE CX C/ 52 UM
69	LIMA ENDODÔNTICA TIPO KERR 1ª SÉRIE 15 A 40 10MM UMA DE CADA
70	LIMA ENDODÔNTICA TIPO KERR 2ª SÉRIE 45 A 80 30MM UMA DE CADA
71	LIMALHA DE PRATA COM ZINCO
72	LIXA P/ POLIMENTO E ACABAMENTO DENTAL CX C/ 150
73	MERCÚRIO METÁLICO
74	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ BAIXA ROTAÇÃO E ALTA ROTAÇÃO
75	OTOSPORIN (HIDROCORTISONA SULF. NEOMICINA POLIMIXINA B)
76	PAPEL CARBONO P/ ARTICULAÇÃO
77	PASTA P/ ALVEOLITE
78	PASTA PROFILÁTICA PARA POLIMENTO
79	PINCEL Nº01 PÊLO DE CAMELO
80	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULAÇÃO USO ODONTOLÓGICO
81	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SÉRIE CX C/ 180
82	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 2ª SÉRIE CX C/ 180





83	PONTAS DE SILICONE P/ ACABAMENTO DENTAL
84	PONTAS MONTADAS P/ ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA
85	PONTA P/ POLIMENTO DE AMÁ
86	POTE DAPPEN DE VIDRO
87	POTE DAPPEN DE PLÁSTICO
88	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 20
89	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 30 4G
90	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 35 4G
91	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 10 4G
92	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 20 4G
93	REVELADOR PARA RAIOS X
94	SELANTE E ATAQUE ÁCIDO PARA RESINA COMPOSTA AUTO POLIMERIZÁVEL
95	SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA A 0,12%
96	SUGADOR DE SALIVA DESCARTÁVEL 40 UN
97	TAÇA DE BORRACHA PARA CONTRA ÂNGULO
98	TIRA DE POLIÉSTER CX C/ 50 UND
99	TIRA DE LIXA DE AÇO P/ AMÁLGAMA 5MM
100	VERNIZ FORADOR DE CAVIDADES

4.4. LISTA DE REFERÊNCIA DE MEDICAMENTOS

ANALGÉSICOS, ANTIINFLAMATÓRIOS, ANTIGRIPAIS E ANTIGOTOSOS	
Analgésicos não opioides	
Ácido Acetilsalicílico 100 mg	comprimido
Ácido Acetilsalicílico 500 mg	comprimido
Dipirona Sódica 500 mg; CPR	comprimido
Dipirona Sódica 50 mg/ml; solução oral	frasco





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Dipirona Sódica 500 mg/ml injetável	ampola
Paracetamol 500 mg	comprimido
Dipirona + orfenadina + cafeína	comprimido
Analgésicos opioides	
Codeína 30 mg + Paracetamol 500 mg	comprimido
Antigotosos	
Alopurinol 300 mg	comprimido
Colchicina 0,5 mg	comprimido
Antiinflamatórios esteroidais	
Hidrocortizona, succinato sódico 500 mg (injetáveis)	ampola
Prednisona 20 mg	comprimido
Beclometasona spray oral	frasco
Antiinflamatórios não esteroidais	
Diclofenaco 25 mg/ml; solução injetável	ampola
Diclofenaco 50 mg	comprimido
Diclofenaco dietilamina	tubo
Nimesulida 10 mg	comprimido
Antigripais	
Eucaliptol	ampola
Paracetamol + dimetideno + trioxietilrutina	comprimido

HORMÔNIOS SEXUAIS	
Estrogenos conjugados 0,625 mg	comprimido
Levanogestrel 0,15 mg + etilestradiol 0,03 mg	comprimido
Medroxiprogesterona 2,5 mg	comprimido
Progesterona 150 mg + estradiol 10 mg Injetável	ampola

ANTIDIABÉTICOS	
Adoçante artificial	frasco
Cloropropamida 250 mg	comprimido
Glibenclamida 5 mg	comprimido
Insulina Humana NPH 100 UI/10 ml	frasco
Metformina 850 mg	comprimido

NUTRIÇÃO E REPOSIÇÃO ELETROLÍTICA





Ácido Fólico 5 mg	comprimido
Ácido Fólico 15 mg	comprimido
Água destilada 10 ml	ampola
Cloreto de Potássio 20%	ampola
Cloreto de Sódio 0,9% 500 ml	frasco
Cloreto de Sódio 20%	ampola
Complexo B	comprimido
Glicose 25% 10 ml	ampola
Glicose 50% 10 ml	ampola
Glicose 5% 50 ml	frasco
Ringer lactato 500 ml	frasco
Sais de reidratação oral	envelope
Sulfato Ferroso	comprimido

CARDIOVASCULARES	
Antianginosos, antiarrítmicos, anti-hipertensivos, bloqueadores de canal de cálcio	
Inibidores da ECA, Diuréticos cardiotônicos, vasodilatadores, Bloqueadores adrenérgicos e Antiagregante plaquetário	
Ácido Acetilsalicílico 100 mg	comprimido
Captopril 25 mg	comprimido
Cinazina 75 mg	comprimido
Clortalidona 50 mg	comprimido
Digoxina 0,25 mg	comprimido
Etilefrina gotas	frasco
Furosemida 40 mg	comprimido
Hidroclorotiazida	comprimido
Isossorbida 5 mg	comprimido
Isossorbida 10 mg	comprimido
Metildopa 500 mg	comprimido
Nifedipino 20 mg	comprimido
Nifedipino 20 mg retard	comprimido
Propranolol 40 mg	comprimido
Propranolol 80 mg	comprimido

DIGESTIVOS	
Antiácidos	
Hidróxido de Alumínio 230 mg	comprimido
Bicarbonato de Sódio	unidade
Antemético	
Metoclopramida 10 mg	comprimido





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Metoclopramida 5 mg/ml	ampola
Antiespasmódicos	
Escopolamina 10 mg	comprimido
Escopolamina 20 mg/ml	ampola
DIGESTIVOS (Continuação)	
Anti-secretores	
Cimetidina 200 mg	comprimido
Omeprazol	comprimido
Ranitidina 150 mg	comprimido
Laxativo	
Bisacodil 5 mg	comprimido
Antifisético	
Dimeticona gotas	frasco

OFTÁLMICOS	
Cloranfenicol 5 mg/ml	frasco
Dexametasona + neomicina	frasco

TÓPICOS	
Benzoato de Benzina 25% emulsão	frasco
Benzoato de Benzina sabonete	unidade
Colagenase + cloranfenicol	tubo
Dexametasona creme	tubo
Dexoxirribonuclease + Cloranfenicol +	tubo
Fibrinilisina	
Diclofenaco dietilamônio	tubo
Miconazol creme	tubo
Mupirocina 2% creme	tubo
Neomicina + bacitracina	tubo
Neomicina + Gentamicina + Clioquinol +	tubo
Ionolfrato	
Metronidazol creme vaginal	tubo
Nistatina creme vaginal	tubo
Tribenosídeo + lidocaína	tubo
Sufadiazina de prata 1% creme	tubo

APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTIALÉRGICOS E XAROPES	
Aparelho Respiratório	
Aminofilina 100 mg	comprimido





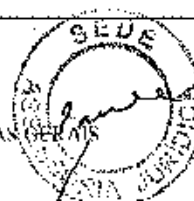
Aminofilina 24 mg/ml	ampola
Beclometazona spray	frasco
Brometo de ipatrópio, solução	frasco
Fenoterol 5 mg/ml	frasco
Hidrocortizona 500 mg injetável	ampola
Prednisona 20 mg	comprimido
Salbutamol 2 mg	comprimido
Salbutamol spray	frasco
Loratadina 10 mg	comprimido
Epinefrina 1 mg/ml	ampola
Prometazina 25 mg	comprimido
Prometazina 50 mg/ml	ampola

Xarope	
Clobutinol	frasco
Carbocisteína	frasco

ANESTÉSICOS - Pequenas Cirurgias	
Lidocaína 1% + epinefrina 1:200.000	ampola
Lidocaína 2% + epinefrina 1:200.000	ampola

OTOLOGICO	
Lidocaína + cloranfenicol 10 ml	frasco
Prictanolamina + hidroxiquinolona	frasco

ANTIINFECIOSOS DE USO ORAL	
Antibacterianos	
Amoxicilina 500 mg	comprimido
Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de potássio 125 mg	comprimido
Ampicilina 500 mg	comprimido
Azitromicina 500 mg	comprimido
Benzil penicilina procaína 100 + 300	
Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI	ampola
Cefalexina 500 mg	comprimido
Ceftriaxona 250 mg	ampola
Ceftriaxone 1 g	ampola
Claritromicina 500 mg	comprimido
Clindamicina 300 mg	comprimido
Doxiciclina 100 mg	comprimido
Eritromicina 500 mg	comprimido





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Lincomicina 600 mg	ampola
Metronidazol 250 mg	comprimido
Norfloxacino 400 mg	comprimido
Sulfadiazina 500 mg	comprimido
Sulfamotoxazol 400 mg + trimetoprima 80 mg	comprimido
Antifúngico	
Cetoconazol 200 mg	comprimido
Fluconazol 100 mg	comprimido
Nistatina solução 100.000 Ui	frasco
Miconazol creme	tubo
Antiviral	
Aciclovir 250 mg	comprimido
Antiparasitológico	
Albendazol 200 mg	comprimido
Mebendazol 100 mg	comprimido
Metronidazol 250 mg	comprimido
Praziquantel 150 mg	comprimido
SISTEMA NERVOSO CENTRAL	
Antiepiléptico	
Carbamazepina 200 mg	comprimido
Clonazepam 2 mg	comprimido
Diazepam 10 mg	comprimido
Diazepam 5 mg/ml injetável	ampola
Fenitoína 100 mg	comprimido
Fenitoína 50 mg/ml injetável	ampola
Fenobarbital 100 mg	comprimido
Fenobarbital 100 mg/ml	ampola
Antidepressivo	
Amitriptilina 25 mg	comprimido
Carbonato de lítio 300 mg	comprimido
Imipramina 25 mg	comprimido
Fluoxetina 20 mg	comprimido
Maprotilina 25 mg	comprimido
Maprotilina 75 mg	comprimido
Antipsicótico	
Clorpromazina 5 mg/ml injetável	Ampola
Clorpromazina 100 mg	comprimido
Clorpromazina 25 mg	comprimido
Clorpromazina 40 mg/ml	frasco
Haloperidol 1 mg	comprimido





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Haloperidol 5 mg	comprimido
Haloperidol 5 mg/ml injetável	ampola
Haloperidol 2 mg/ml gotas	frasco
Haloperidol decanoato 70,52 mg/ml	ampola
Levomepromazina 25 mg	comprimido
Levomepromazina 100 mg	comprimido
Levomepromazina 4%	comprimido
Levomepromazina 5,6 mg/ml	ampola
Perciazina 4% gotas	frasco
Tioridazina 100 mg	comprimido
Antiparkinsonianos	
Biperideno 2 mg	comprimido
Biperideno 5 mg/ml	ampola
Ansiolíticos e sedativos benzodiazepínicos	
Bromazepan 3 mg	comprimido
Diazepan 10 mg	comprimido
Lorazepam 2 mg	comprimido
Clonazepam 2 mg	comprimido
Nitrazepam 5 mg	comprimido

